

TURISMO RURAL COMUNITARIO Y DESARROLLO REGIONAL

Leopoldo Wenceslao Condori Cari
Demetrio Flavio Machaca Huancollo
Edy Larico Mamani
Fredy Quispe Gómez



Atena
Editora
Año 2022

TURISMO RURAL COMUNITARIO Y DESARROLLO REGIONAL

Leopoldo Wenceslao Condori Cari
Demetrio Flavio Machaca Huancollo
Edy Larico Mamani
Fredy Quispe Gómez



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Edição de arte

Edy Larico Mamani

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Turismo rural comunitario y desarrollo regional

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Demetrio Flavio Machaca Huancollo
Autores: Leopoldo Wenceslao Condori Cari
Demetrio Flavio Machaca Huancollo
Edy Larico Mamani
Fredy Quispe Gómez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T938 Turismo rural comunitario y desarrollo regional / Leopoldo Wenceslao Condori Cari., Demetrio Flavio Machaca Huancollo, Edy Larico Mamani, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outro autor
Fredy Quispe Gómez

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0004-2
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.042221304>

1. Turismo rural comunitario. 2. Desarrollo sostenible. 3. Desarrollo socioeconómico. I. Cari., Leopoldo Wenceslao Condori. II. Huancollo, Demetrio Flavio Machaca. III. Mamani, Edy Larico. IV. Título.

CDD 338.4791

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



DEDICATORIA

A Dios por darnos la vida y salud para culminar el presente libro de investigación.

AGRADECIMIENTO

A la Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez por la oportunidad que nos brinda a seguir compartiendo conocimientos y experiencias en beneficio de la juventud estudiosa, a los profesionales y a toda la sociedad en general.

A las Autoridades Universitarias por fomentar y promover la investigación y la producción científica para el desarrollo de la región.

A los amigos académicos que de alguna u otra manera nos motivaron para la concretización de esta publicación.

PROLOGO

El presente libro titulado “Turismo Rural Comunitario como estrategia de desarrollo sostenible en la Región Puno”, es una obra que será de gran ayuda para los lectores en el campo de la gestión empresarial y en particular de la gestión turística, que constituye un material útil para estudiantes, profesionales, y en general para cualquier investigador o académico.

Es un material compilado fruto de una investigación, en la región Puno. A su vez puede ser de gran ayuda para los encargados en la gestión de los gobiernos locales y regionales, para la toma de decisiones estratégicas para el desarrollo sostenible de la comunidad en general.

Esta obra a diferencia de otras, no solamente proporciona un marco conceptual, sino que presenta resultados de un análisis real de la situación turística y su potencialidad para coadyuvar en el desarrollo económico y social del sector rural comunitario.

Esperamos que esta obra esté al agrado de los lectores, no obstante, debemos de reconocer que puede ser mejorada, habiendo mucho por investigar en el campo.

SUMÁRIO

INTRODUCCIÓN.....	1
PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA, ANTECEDENTES Y OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN.....	3
Planteamiento y descripción del problema de investigación.....	3
Delimitación y definición del problema	4
Formulación del problema de investigación	5
Problema general	5
Problemas específicos	5
Antecedentes de la investigación	5
Objetivos de la investigación	7
Objetivo general	7
Objetivos específicos	7
MARCO TEÓRICO, MARCO CONCEPTUAL E HIPÓTESIS DE LA INVESTIGACIÓN.....	9
Marco teórico	9
Turismo rural comunitario.....	9
Turismo rural en la región Puneña.....	13
Aspectos del turismo rural comunitario.....	17
Servicios turísticos.....	19
Marketing turístico	21
Desarrollo sostenible.....	22
Concepción del desarrollo humano sostenible	24
Perspectiva del desarrollo sostenible.....	25
Características del desarrollo sostenible	26
Marco conceptual.....	39
Turismo rural comunitario.....	39
Gestión turística.....	39
Servicios turísticos.....	39
2.2.4. Desarrollo sostenible.....	40
2.2.5. Desarrollo económico.....	40

Calidad de vida.....	40
Desarrollo social.....	40
Impacto social.....	40
Medioambiente.....	40
EXPOSICIÓN Y ANÁLISIS DE RESULTADOS	41
PRESENTACIÓN DE RESULTADOS	41
INTERPRETACIÓN Y ANÁLISIS.....	41
Resultado general de de la variable independiente: Turismo rural comunitario de la Región Puno	41
Resultados de los factores observables de la dimensión gestión turística en la región Puno	42
Resultados de los factores observables de la dimensión servicios turísticos en la región Puno	44
Resultado general de la variable dependiente: Desarrollo sostenible que genera la actividad turística en la región Puno.....	45
Resultados de los factores observables de la dimensión desarrollo económico que genera la actividad turística en la región Puno	46
Resultado general de la dimensión: Desarrollo social que genera la actividad turística en la región Puno	47
Resultado general de la dimensión: impacto del medio ambiente que genera la actividad turística en la región Puno.....	48
COMPROBACIÓN DE LAS HIPÓTESIS	49
Planteamiento de la hipótesis general	49
Planteamiento de la hipótesis específica 1	51
Planteamiento de la hipótesis específica 2.....	52
Planteamiento de la hipótesis específica 3.....	54
Planteamiento de la hipótesis específica 4.....	55
Planteamiento de la hipótesis específica 5.....	56
DISCUSIÓN DEL ESTUDIO.....	57
CONCLUSIONES.....	59
REFERENCIAS	60
ANEXOS	63

Galería de fotos.....	63
SOBRE OS AUTORES	68

INTRODUCCIÓN

El Perú como país pluricultural, multilingüe, con diversidad geográfica e innumerable riqueza arqueológica y arquitectónica, cuenta con las condiciones necesarias y adecuadas que favorezcan el desarrollo socioeconómico mediante el turismo rural comunitario. Puno como región, posee diversidad cultural y geográfica; además, sus características particulares la convierten en una región propicia para generar el turismo rural, a pesar de la existencia de dificultades económicas en algunas zonas más olvidadas de la región.

Turismo rural comunitario en la región Puno como herramienta de desarrollo sostenible durante el periodo 2018, es una tesis cuya relevancia radica en el estudio de la actividad turística de la región, que en la actualidad se ha convertido en la principal fuente del desarrollo socioeconómico.

En el marco de la investigación social, en el cual se enfoca el estudio, se aplicó cuestionarios de opinión para medir la percepción que los turistas tienen de la actividad turística rural comunitaria que se realiza en las localidades de Llachón, Amantani, Taquile, Uros y Ccotos de la región Puno, Perú. Asimismo, se recogió información por medio de un test de desarrollo sostenible a los pobladores o emprendedores en servicio turístico de las localidades referidas, los mismos que están distribuidos en 24 asociaciones.

El propósito de la investigación consistió en: explicar y analizar la incidencia del turismo rural comunitario en la región Puno, como una herramienta de desarrollo sostenible durante el periodo 2019; para lo cual, fue fundamental explicar la incidencia de la administración de la actividad turística en el desarrollo sostenible de las comunidades puneñas.

Acorde a la investigación sistemática y científica, el estudio investigativo ha sido esbozado en cuatro capítulos.

El capítulo primero, explica la situación la problemática, a través de la formulación de problemas de investigación, general y específicos, cuya utilidad e importancia se justifica. Se formulan los objetivos, los que dieron direccionalidad a la investigación. Asimismo, se plantean las hipótesis de investigación, para ser comprobadas de manera empírica mediante la prueba Chi Cuadrado. También, se explicada operacionalización de cada una de las variables, las cuales son la estructura base de sustento teórico de esta tesis y los instrumentos de investigación.

El capítulo segundo, establece el marco teórico referencial, el cual es dividido en tres partes para una mejor comprensión. En el primero se hace la revisión de los antecedentes de investigación, la siguiente parte, engloba las bases teóricas de las variables de la investigación, y la última parte, contiene el marco conceptual de la investigación.

En el capítulo tercero, se precisa la parte metodológica de la investigación, la misma que contiene el diseño, tipo, nivel y método, aplicados al estudio, se delimitó la población y

la muestra, las técnicas de investigación, la validez y confiabilidad de los instrumentos, para que la recolección de datos sea objetiva y rigurosa.

En el capítulo cuarto, se muestra los resultados y la discusión de la investigación, los mismos que se ilustran mediante los gráficos y las tablas de frecuencia. Adicionalmente, se realiza la prueba de hipótesis general, debido a que es una investigación cuantitativa, donde se muestra que el nivel de significancia es $\alpha = 0.05$, siendo $p < 0.05$ estableciéndose una asociación de dependencia entre las variables objeto de estudio (tablas N° 08; 09 y 10) en el coeficiente de regresión lineal simple y la prueba de chi-cuadrado.

Los resultados de la investigación demuestran la existencia de incidencia del turismo rural comunitario en la región Puno como herramienta de desarrollo sostenible, el periodo 2018.

En el epílogo de la tesis, se consignan las conclusiones y recomendaciones pertinentes.

Finalmente, se nominan las referencias bibliográficas y se insertan los anexos que corresponden.

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA, ANTECEDENTES Y OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

PLANTEAMIENTO Y DESCRIPCIÓN DEL PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN

En la actualidad, la actividad y el dinamismo turístico a nivel mundial se describe por las nuevas tendencias de consumo experimental, tales como la conexión con la naturaleza, el contacto con nuevas culturas y el aprendizaje vivencial, por lo que, es fundamental identificar con mayor precisión aquellas cualidades, intereses, preferencias y actitudes que caracterizan a los turistas, quienes son cada vez más rigurosos y exigentes. En consecuencia, tiene mucha significancia, los intereses, las actitudes y las preferencias de atención a los turistas, que cada vez son más exigentes y especializadas.

Perú cuenta con las condiciones necesarias y adecuadas para impulsar el desarrollo socioeconómico a través del fomento del turismo rural comunitario, debido a que es un país megadiverso, multilingüe, pluricultural, con una amplia extensión geográfica y variado patrimonio arqueológico y arquitectónico. Asimismo, Puno es una región con gran diversidad en sus escenarios naturales, culturales, y geográficos, lo cual conlleva a que la región sea adecuada para impulsar el turismo rural comunitario, brindando a los turistas una experiencia vivencial única y participativa, además de promover respeto y valoración hacia el patrimonio natural, cultural, arqueológico y arquitectónico.

La tendencia por el turismo rural comienza a surgir debido a que los turistas buscan experiencias fuera de la congestión y aglomeración a la que están expuestos diariamente, por ello las comunidades podrían aprovechar el turismo rural comunitario como estrategia para mejorar el bienestar y calidad de vida de los pobladores (Mincetur, 2017). La geografía de la región favorece en la posesión de comunidades circunlacustres y un clima extraordinario debido a la termoregulación del majestuoso lago Titicaca. Además, esta región fue reconocida como la capital del turismo rural vivencial debido a su atractiva belleza paisajística, la cual se aprecia con mayor realce en las comunidades campesinas de Capachica, Llachón, Atuncolla, Escallani, Ccotos, etc. También, en las islas como son Los Urus, Taquile, Amantani, entre otros.

El daño al medio ambiente en el sector rural y la pérdida de identidad cultural, son causadas por la falta de concientización del sector turístico, ello ha conllevado en los últimos tiempos a una progresiva valoración del medio ambiente, que no solo ha generado una corriente específica del turismo, sino también a la exigencia de las necesidades, como: las instalaciones, los productos y destinos turísticos que consideren en su concepción y desarrollo determinados mecanismos medio ambientales, que cada vez se mejoran la calidad de atención a los turísticas.

DELIMITACIÓN Y DEFINICIÓN DEL PROBLEMA

El turismo rural comunitario en el Perú representa una gran alternativa de generar ingresos económicos y desarrollo social para el sector rural, en especial para las comunidades que se encuentran ubicadas cerca a los atractivos turísticos y conservan la peculiaridad de sus culturas. A pesar del gran potencial de mejora que ofrece el turismo rural comunitario, también tiene ciertas limitaciones de sostenibilidad, debido a que sus bondades no están siendo difundidas estratégicamente.

El Perú es uno país con mayor destinos turísticos, pues cuenta con una variedad de atractivos, tal es el caso del turismo rural comunitario que ha ido tomando mayor importancia en los últimos años; los turistas buscan tener experiencias vivenciales únicas, además de conocer la variedad de culturas existentes en las regiones de la selva, sierra y costa con poblaciones rurales organizadas en beneficio de la comunidad y del turismo, quienes ofrecen diversos productos y servicios en base a los activos culturales, naturales, sociales y atractivos físicos de cada espacio de la comunidad rural como una buena opción para el turista extranjero.

La región puneña es calificada como uno de los mejores destinos para realizar el TRC, por su paisaje colorido y el majestuoso Lago Titicaca, que son el centro de atracción para los turistas nacionales y extranjeros que tienen el interés de conocer y apreciar estas bondades de la región, un informe realizado por MINCETUR el año 2017 da a conocer los paquetes turísticos dirigidos al rubro de turismo rural comunitario como: Amantani, Atuncolla, Ccotos, Llachon, Taquile y los Uros, resalta que los pobladores de estas comunidades podrán compartir con los turistas su estilo de vida, participando en las diferentes actividades diarias como la pesca, la agricultura, la elaboración de balsas en base a la totora, y ceremonias tradicionales del lugar. Cabe mencionar que dichos paquetes turísticos han sido formulados con la intervención de emprendedores de la zona con la debida capacitación, por lo que se garantiza los servicios y productos que ofrecen.

Además, la creación de estos paquetes alienta a la comunidad a asumir un compromiso de respeto, valoración y conservación del patrimonio e incentiva a los mismos a darlo a conocer y promoverlo al mundo. En el proceso del fomento de este tipo de turismo se encuentra intrínseco el desarrollo de capacidades de la comunidad para el manejo y gestión de los servicios que ofrecen, los cuales debe ser acordes a las características y exigencias del mercado.

En los últimos años, este tipo de turismo ha tomado mayor acogida por ser una buena alternativa, que más allá del turismo ordinario, son actividades auténticas que ofrecen productos y servicios turísticos de valor agregado y crean un ingreso económico sostenible a las comunidades con la participación activa de sus pobladores quienes a su vez generan su propio empleo y de su comunidad, consecuentemente fortalecen los valores

de convivencia y la interacción social en la región.

FORMULACIÓN DEL PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN

Problema general

¿Cómo incide el turismo rural comunitario como herramienta estratégica del desarrollo de la región Puno, durante el periodo 2018?

Problemas específicos

- ¿Cómo incide las actividades de la gestión turística en el desarrollo sostenible de la región Puno?
- ¿Cómo incide las actividades de servicios turísticos en el desarrollo sostenible de la región Puno?
- ¿Cuál es el impacto del turismo rural comunitario en el desarrollo del aspecto económico de la región Puno?
- ¿Cuál es el impacto del turismo rural comunitario en el desarrollo del aspecto social de la región Puno?
- ¿Cuál es el impacto del turismo rural comunitario en el cuidado sostenible del aspecto medio ambiental de la región Puno?

ANTECEDENTES DE LA INVESTIGACIÓN

Huertas (2019) aborda en su análisis investigativo a la variable turismo rural comunitario y la plantea como una alternativa de innovación social. La investigación doctoral de Universidad Gerona de España está enmarcada en el enfoque cualitativo, la metodología consta de cuatro etapas: el análisis literario, casos de estudio sobre turismo rural comunitario en el ámbito nacional e internacional, haciendo una valoración de atractivos turísticos y, por último, la propuesta de diseño del ámbito de estudio.

Este análisis investigativo ha propuesto como objetivo: presentar una propuesta de innovación social de turismo rural comunitario para lograr el desarrollo humano sostenible en un ámbito de conflicto social. Por lo cual se hizo el análisis exhaustivo de cinco experiencias en Colombia: La primera, se refiere a la gestión del turismo comunitario como promotor de inclusión social; la segunda, analiza como el éxito de la gestión turística depende del liderazgo; la tercera, explica sobre la relevancia participativa de las comunidades del sector rural en la planificación; la cuarta, se refiere a los atractivos turísticos que generan gran desarrollo en la cultura; y por último, la quinta experiencia revisa el ámbito de estudio

como una comunidad en conflicto armado: Montes de María.

El estudio concluye en que aún en comunidades en conflicto, como fueron los casos de las comunidades colombianas en conflicto armado, es posible desarrollar el turismo; no obstante, deben superar dos grandes dificultades: la comercialización y el financiamiento.

Combariza (2012) investiga la variable turismo rural como una herramienta estratégica de desarrollo sostenible, un estudio casuístico cuyo ámbito es la municipalidad de La Mesa ubicada en Cundinamarca, una ciudad colombiana. La tesis del autor presentada a la Universidad Nacional de Colombia tiene carácter social y está fundamentada en teorías relacionadas al turismo, el turismo en el sector rural y el desarrollo sostenible. La metodología que emplea se denomina *Sistemas suaves* y está adaptada de Checkland. Además, la investigación presenta la elaboración de un modelo excelente de la actividad del turismo rural que favorezca el desarrollo humano sostenible.

Al hacer el estudio de la información recopilada se pudo evidenciar conflictos originados por las concepciones divergentes acerca del turismo rural en el territorio, de diferentes grupos de actores locales interesados o afectados por la actividad turística. Encontró que en el municipio La Mesa no existía un sistema de turismo rural claramente definido y que el modelo de turismo que se realizaba no estaba contribuyendo al desarrollo sostenible de sus habitantes de manera generalizada.

Por la otra parte, se encontró un artículo científico titulado “Turismo rural: participación de las comunidades y programas federales” (Garduño, Guzmán y Zizumbo, 2009, p. 1). El artículo trata y analiza los acontecimientos de la realidad participativa de los pobladores de cada comunidad en actividades relacionadas con el turismo rural comunitario, partiendo por aprovechar eficientemente y eficazmente sus recursos naturales y culturales que poseen. El propósito es que los pobladores del sector rural puedan tener la capacidad de generar sus propios ingresos económicos que aportan a su propia economía mediante la prestación de servicios turísticos, y de esta manera logren reducir la tasa de pobreza y el porcentaje de migración, una situación que, por casi tres décadas, durante el periodo 1982-2009, se agudizó considerablemente.

Igualmente, los investigadores observaron a un estado colombiano como gestor del turismo rural desde la década del setenta. Decisiones políticas sobre el turismo basado en la creación de estructuras legales y programas de asistencia dirigido a las poblaciones campesinas en estado de pobreza. Claro está que la finalidad fue mitigar las condiciones de extrema pobreza o miseria situadas en el ámbito rural. La perspectiva que se observó, permitió evidencia la asistencia o apoyo realizado por el Estado para que las comunidades rurales se constituyan a actividades económicas diferentes a las que habitualmente realizan en el campo, así como de la inserción de los pobladores de las comunidades campesinas en los servicios turísticos.

En conclusión, los investigadores se proponen analizar en profundidad la participación de las comunidades campesinas en el turismo rural mediante programas federales propuestas por el Estado para disminuir la tasa de pobreza y la marginación social en ámbitos rurales.

También se describe el artículo científico referente al “Turismo rural comunitario y diferenciación campesina” (Gascón, 2011, p. 1). El autor hace una revisión exhaustiva de las teorías y literatura referido a diversos ejes de investigación, tales como: turismo rural comunitario, diferenciación del sector, conflictos y dificultades, crecimiento rural, y sobre el habitante rural. Y concluye que, en los últimos años, el turismo rural comunitario se ha presentado como una herramienta adecuada para incrementar los beneficios económicos y monetarios de la población del sector comunitario y para diversificar sus fuentes de ingresos. No obstante, el turismo rural como toda actividad económica que no es ajena a los riesgos.

Aparicio (2013) en la investigación titulada “El reto del turismo en los espacios naturales protegidos españoles: la integración entre conservación, calidad y satisfacción” para la obtención del grado académico de doctor presentada en la Universidad Complutense de Madrid, España. Mediante una metodología cualitativa se ha propuesto investigar las implicancias que para el servicio de calidad tiene la consideración como productos y servicios turísticos sostenibles, en busca de soluciones creativas e innovadoras que repercuten positivamente en la satisfacción de los actores implicados, la gestión, la sostenibilidad del sistema y el grado de calidad de servicio en particular.

Como conclusión es que mediante esta investigación se obtuvo un alto volumen de información de los retos del turismo para el logro del desarrollo integral y la conservación del espacio turístico, la calidad de productos y servicio, a satisfacción del cliente.

OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

Objetivo general

Determinar la incidencia del turismo rural comunitario como herramienta estratégica del desarrollo de la región Puno.

Objetivos específicos

- Describir la gestión de la actividad turística y su incidencia en el desarrollo sostenible de la región Puno.
- Describir los servicios de la actividad turística y su incidencia en el desarrollo sostenible de la región Puno.

- Caracterizar la incidencia del turismo rural comunitario en el desarrollo económico de la región Puno.
- Explicar el turismo rural comunitario y su incidencia en el desarrollo social de la región Puno.
- Explicar el turismo rural comunitario y su incidencia en la conservación del medio ambiente de la región Puno.

MARCO TEÓRICO, MARCO CONCEPTUAL E HIPÓTESIS DE LA INVESTIGACIÓN

MARCO TEÓRICO

Turismo rural comunitario

La debilidad socioeconómica del sector rural tradicional y la demanda de productos y servicios que promueven la conservación del medio ambiente, hacen que la tendencia por el turismo rural comunitario se incremente ya que se convierte en una herramienta para el desarrollo (Barrera y Fernández, 2006; Baroney, 2008; Vinasco, 2017). En la actualidad, los turistas nacionales o extranjeros buscan nuevas experiencias con las que puedan tener contacto con la naturaleza y conocer nuevas culturas.

El turismo rural comunitario es una mezcla de una variedad de elementos que se pueden desarrollar en zonas que cuentan con recursos naturales particulares relacionados a las actividades humanas, que se encuentran alejadas de lugares urbanos e industrializados y donde su actividad económica básica esta especialmente relacionada al aprovechamiento de recursos naturales que están a su alcance (Vinasco, 2017). Asimismo, este tipo de turismo está orientado a la difusión de la cultura y el uso de recursos naturales como sustento de desarrollo económico de los pobladores, por ello el visitante tiene la oportunidad de integrarse a las actividades particulares de la comunidad que visiten.

Por otro lado, el turismo rural genera mucha expectativa de turistas locales, nacionales e internacionales, por la amplitud de la actividad a lo largo de su evolución. Combariza (2012) explica que es importante los estudios de investigación científica referidas a esta línea, por la diversidad de definiciones que se conocen en los trabajos de investigación y esto ha generado y provocado muchas confusiones en su forma de entender, la planificación, organización y principalmente en la manera de instalación de la actividad turística en lugar de visita, de ello, se alcanza la evaluación de los impactos producidos por dicha actividad turística.

Según la OMT (Organización Mundial del Turismo) se define al turismo como aquel fenómeno cultural, social y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual por motivos personales o de negocios/profesionales. Estas personas se denominan visitantes y el turismo tiene que ver con sus actividades, de las cuales algunas implican un gasto turístico. Y la zona rural principalmente se ubica a distancias alejadas de la zona urbana y su particularidad es contar con grandes espacios, llenos de vegetación que cuentan con irrigaciones que son utilizadas para labores agrícolas, pecuarias y la agroindustria entre otras actividades propias del sector rural, ello sirve como sostén económico diario de sus pobladores quienes se dedican también al abastecimiento de alimentos de primera necesidad, a su vez los proveen como materia prima destinadas a las grandes ciudades con mayor población.

Existen zonas turísticas que se convirtieron en lugares de explotación minera por las grandes empresas y cooperaciones internacionales, en algunos lugares el cultivo de productos agrícolas es muy escasa debido a la concesión de empresas para la explotación de minerales y algunas empresas de exportación de productos de cultivo, promoviendo de esta manera, mayor desempleo de sus habitantes lo que les obliga a emigrar a las grandes ciudades con mejor nivel de calidad de vida, sin embargo, sus caseríos y las pequeñas poblaciones han sido abandonados y ya no están en contacto con la naturaleza.

Según Wanda (citado por Cedeño, 2018) enfatiza que, dentro de las variantes del turismo de naturaleza, existe el llamado turismo rural, y como tal, debe ayudar a obtener una mejor distribución de los beneficios que las actividades turísticas generan. Los pobladores locales deben ser los principales beneficiarios. Esto es posible, en la medida en que su calidad de vida mejore, lo que significa más y mejores oportunidades de desarrollo (acceso a mejor educación, empleos, infraestructura, vivienda, etc.), pero a su vez, el desarrollo del turismo rural debe contribuir a reforzar la cultura local, valores e identidad. Como parte de este reforzamiento, el turismo rural debe contribuir a la conservación y preservación de los sitios arqueológicos, históricos, arquitectónicos y naturales, pero al mismo tiempo crear experiencias grandes y de calidad para los turistas. Debe lograrse un equilibrio entre negocio, turismo y preservación. La sustentabilidad debe tomarse como un compromiso, no como opción.

Por otro lado, Blanco & Riveros (2010) afirma que el turismo rural se originó en Europa, en la modalidad de alquilar una o más habitaciones de la casa de un propietario a un precio módico, propiciando así, la convivencia con las familias rurales (comida, forma de vivir, costumbres). Es muy posible que Francia sea el país con mayor oferta de turismo rural, debido a que sus políticas públicas de subsidios para los agricultores y bonos vacacionales para los turistas han impulsado la actividad. En España, el desarrollo del turismo es más reciente, y se está impulsando desde las comunidades autónomas como un claro intento por complementar el producto de sol y playa, para el cual ya tienen un mercado muy establecido.

En lo que a América Latina se refiere, Argentina, Chile, Uruguay y Colombia son los países con mayor desarrollo en turismo rural, bajo un concepto muy parecido al europeo. En el caso argentino, la actividad tuvo su mayor auge durante la década de los noventa, fundamentalmente a partir de estancias en la Patagonia. En el caso colombiano, la crisis obligó a los cafeteros a buscar alternativas para mantener sus fincas, que resultaron muy apreciadas por los turistas, convirtiéndolas así en hoteles rurales.

Es más, Blanco & Riveros (2010) enfatiza que, en muchos países, el concepto de turismo rural es bastante amplio, no obstante, siempre mezcla tres elementos: espacio-hombre-producto. Así, se incluyen todas aquellas actividades que puedan desarrollarse en el ámbito rural, es decir, una oferta integral de ocio y servicios que resulta de interés para los habitantes de las ciudades por sus características exóticas, tradicionales, románticas

y sobre todo diferentes del estilo de vida usual en las ciudades. El turismo rural puede ser practicado por personas con el interés de conocer y disfrutar alguna actividad relacionada con el sector agropecuario.

Según SECTUR (2002) resalta que, en México, el turismo rural se orienta hacia la perspectiva de la cultura y el aprovechamiento de los recursos naturales por parte de las comunidades locales, ya que ofrece al turista la gran oportunidad de experimentar el encuentro con las diferentes formas de vivir de las comunidades que cohabitan en un ambiente rural, y además lo sensibiliza sobre el respeto y valor de su identidad cultural. En este tipo de turismo, el turista no es un visitante-observador en un día de paseo; es una persona que forma parte activa de la comunidad durante su estancia en ella, en donde aprende a preparar alimentos habituales, crea artesanía para su uso personal, aprende lenguas autóctonas, el uso de plantas medicinales, cultiva y cosecha lo que cotidianamente consume; además es actor en los eventos tradicionales de la comunidad, percibe y aprecia creencias religiosas. El propósito principal de los viajes destinados al turismo rural es que el turista conviva e interactúe con una comunidad rural, en todas aquellas expresiones sociales, culturales y productivas cotidianas de la misma.

Por otra parte, Cabrini (2002) afirma que el término de turismo rural se utiliza cuando la cultura rural es un componente clave del producto ofrecido. El rasgo distintivo de los productos del turismo rural es el deseo de ofrecer a los visitantes un contacto personalizado, de brindarles la oportunidad de disfrutar el entorno físico y humano de las zonas rurales y, en la medida de lo posible, de participar en las actividades, tradiciones y estilo de vida de la población local.

Cabe mencionar que por cultura se concibe como el conjunto de modos de vivencias y costumbres, saberes y el nivel de desarrollo artístico, científico, industrial, estatus social y otros; además es el conjunto de expresiones en las que se manifiestan el vivir de un pueblo (RAE, 2009).

Al igual que el turismo, el turismo rural es un tema bastante conocido por las personas que visitan a los diferentes países y por ende los lugares más importantes; pero existen muchas ilustraciones acerca del tema. Otros autores definen el turismo rural comunitario como las actividades que son desarrollados en el sector rural por los turistas visitantes de las principales ciudades del mundo quienes las aprecian como encantadoras, cabe resaltar que estos visitantes se caracterizan por su estilo de vida totalmente diferente a los de otros (Barrera & Muratore, 2003).

Asimismo, Boullón & Boullón (2008) aclaran que es muy importante evitar confundir al turismo rural con el ecoturismo, no son lo mismo, la diferencia fundamental radica en que mientras el turismo rural puede ser practicado en espacios privados o comunales de terreno, el ecoturismo sólo puede ser practicado en áreas naturales protegidas, provistas por el estado.

Wanda (2009) precisa que según la OCDE (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico), el turismo rural se lleva a cabo en áreas rurales y las actividades de turismo rural deben permitir al turista apreciar las características del mundo rural, estar en contacto con la naturaleza y con la herencia y prácticas tradicionales de las sociedades rurales. Estas actividades deben ser ofrecidas por empresas pequeñas controladas y desarrolladas localmente. El turismo rural debe ser sustentable, en el sentido de que su desarrollo debe contribuir a la preservación del carácter rural de la zona y en el sentido de que debe ser visto como un detonador económico, teniendo siempre en cuenta el cuidado, conservación y sustentabilidad del medio ambiente.

Por otra parte, Boullón y Boullón (2008) para desarrollar el turismo rural es importante considerar que este tipo de turismo debe orientarse hacia la sustentabilidad; debe generar una mejor distribución de los beneficios que las actividades turísticas generan. Los pobladores locales deben ser los principales beneficiarios y se logrará, en la medida en que su calidad de vida mejore a través de más y mejores oportunidades de desarrollo como el acceso a la educación, al empleo, mejor infraestructura y vivienda. El turismo rural también debe contribuir a reforzar la cultura local, valores e identidad locales. Como parte de este reforzamiento, el turismo rural debe contribuir a la conservación y preservación de los sitios arqueológicos, históricos, arquitectónicos y naturales, pero al mismo tiempo crear experiencias grandes y de calidad para los turistas. Debe lograrse un equilibrio entre negocio, turismo y preservación. La sustentabilidad debe tomarse como un compromiso, no como opción.

En otro momento los Boullón y Boullón (2008) enfatizan que: el turismo rural comunitario es diferente al turismo tradicional por aspectos y características que se detallan, todos los tipos de turismo rural que existen en el país están promovidos por las empresas locales, y como consecuencia de esta gestión hacen que haya consumo de los insumos agrícolas y la venta de productos del sector.

Es importante explicitar que el turismo rural comunitario es una opción mediante la cual los turistas visitantes puedan tener un refugio ante la frustración y las presiones de las actividades cotidianas de la vida moderna. El campo y la naturaleza se convierten en un espacio donde es posible reestablecer la capacidad de asombro y acercamiento a las expresiones originales, ancestrales y culturales de la región.

El motivo de la elevada vulnerabilidad del turismo radica en la compleja dinámica del sector turismo, es que se caracteriza por una red compuesta no lineal de relaciones entre los recursos sociales naturales. La mencionada complejidad implica que una mayor interdependencia de los distintos recursos debe incrementar la exposición del turismo a múltiples amenazas. En consecuencia, la coexistencia de múltiples amenazas genera un impacto magnificado en dicho sector y en las comunidades dependientes.

Esto se debe a que las medidas de resiliencia asiladas dirigidas a las amenazas

individuales no deben eliminar el impacto compuesto que los peligros producen de manera conjunta. Para ello, se debe examinar las estrategias de resiliencia en el contexto de dos amenazas, el cambio climático y la contaminación ambiental. En primer lugar, ambos fenómenos están entrelazadas por la variabilidad espacial de los ecosistemas y la distribución geográfica de algunas especies portadoras de muchas enfermedades. En segundo lugar, a pesar de algunas similitudes, ambos eventos difieren considerablemente con respecto a la longevidad y el tipo, así como la durabilidad de los impactos que producen.

Turismo rural en la región Puneña

Esta región, según los informes estadísticos es la única región que posee las características y las demandas del turismo rural comunitario. Se tiene un registro a la fecha de más de un centenar de emprendimientos de turismo rural forjados en las comunidades campesinas y la mayoría de ellos tienen un potencial de crecimiento y desarrollo sostenible a largo plazo. Esta región es realmente afortunada por poseer una característica muy particular de su ecosistema variado, con belleza paisajística y un clima adecuado y atractivo, la posesión de una fauna y flora impresionante, además, de la protección de sus cerros y ríos, que están conectados al lago Titicaca (Huatuco, 2007).

a. La isla de Amantani

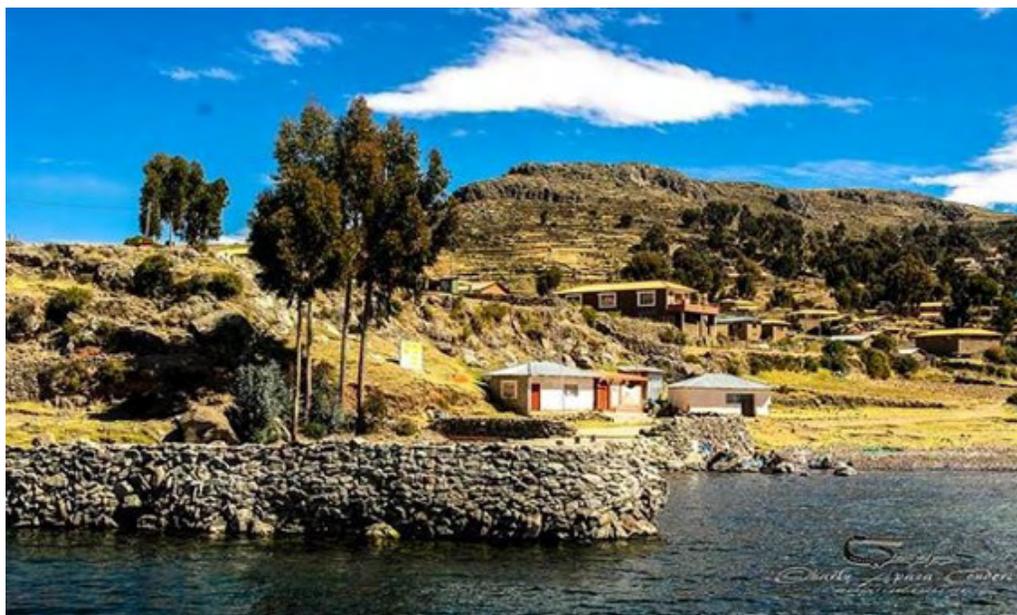


Figura 1. Acceso a la Isla Amantani.

Existe prestación de servicios de hospedaje y alimentación brindados a los turistas que llegan a la Isla, por familias en sus propias viviendas. Estas experiencias se iniciaron en 1980 y

combina una mezcla de servicios comunitarios y privados brindados por las familias indígenas del grupo étnico quechua. Sin embargo, hasta hoy no se ha constituido una empresa, pues cada sector de la Isla, en un marco de rivalidad, ofrece sus servicios sin ninguna regulación y en medio de una competencia autodestructora. Tras veinte años de actividades el producto podría haberse consolidado, pero éste, así como su promoción y comercialización, adolece de muchas deficiencias y rinde muy pocos beneficios a la comunidad. Amantaní está formada por nueve comunidades: el pueblo central, Santa Rosa, Lampayuni, Villa Orinojón, Sancayuni Alto, Sancayuni Bajo, Occosuyo, Colquecachie Incatiana. Tienen un generador de luz que actualmente no está en funcionamiento por falta de dinero para comprar el combustible que requiere. (Huatuco, 2007).

Si visitamos a este lugar turístico de Puno, cuenta con agua en todas las áreas de la isla, ubicadas en las partes altas de la isla Amantaní; anteriormente no contaban con desagüe, pero en la actualidad cuentan con este servicio básico por la preocupación y gestión de sus autoridades nativos y municipio distrital de Capachica, es más, los ambientes destinados para los turistas son parte de las viviendas de los pobladores, con las mismas características de sus ancestros (Huatuco, 2007).

b. Isla Taquile



Figura 2. Península de la Isla Taquile.

Taquile es una de las islas del majestuoso lago Titicaca, que se encuentra ubicada en el distrito de Amantani del departamento de Puno. Aproximadamente a 45 km del distrito de Amantaní, tiene una población 2.200 habitantes, los pobladores son muy amables en atención a los turistas visitantes que pueden disfrutar la vista de las inmensas aguas del

Lago, y la vegetación colorida de la comunidad, un espacio ideal de relajamiento.

ONG Danesa Axis (citado por Farthing, 2006) precisa que esta isla cuenta con seis comunidades donde un 10% de la población no cuenta con acceso a energía eléctrica, y el 90% restante utiliza paneles solares como medio de generación de energía eléctrica natural. Pero, Taquile tiene problemas de relevancia con el agua, sobre todo en épocas de sequía, en esta isla se cuenta con una bomba que capta agua del Lago Titicaca pero que no se encuentra en óptimo funcionamiento. Para contar con agua caliente los pobladores de Taquile han sido capacitados en el diseño y fabricación de termas solares.

c. Isla de los Uros



Figura 3. Península de la Isla Taquile.

La isla de los Uros se encuentra ubicada en el majestuoso Lago Titicaca a 3,812 m.s.n.m. en la región Puno, meseta de Collao. El Lago Titicaca se encuentra entre los territorios de Perú y Bolivia. La isla flotante de los Uros esta junto a otras 80 islas construidas a base de la totora, tejida y extendida sobre otras capas de la misma especie, estas islas son habitadas por las comunidades flotantes como una de las culturas más antiguas de la región la que se remonta a culturas preincaicas.

Se afirma que la subsistencia de estas comunidades flotantes de los Uros se basa en las actividades de la pesca, la caza, la elaboración de tejidos de lana y el disecado de algunos animales de la zona, también la participación activa turística.

d. Comunidad campesina, Llachón



Figura 4. Mirador imponente de Llachón.

La comunidad campesina de Llachón se ubica a 74 km. A una hora y media por vía terrestre o dos horas vía acuática, aproximadamente de la ciudad de Puno, a orillas del majestuoso Lago Titicaca, es una comunidad quechua hablante muy visitado por los turistas internacionales por la característica particular de sus tradiciones y costumbres ancestrales, los turistas recorren caminando y apreciando los lugares arqueológicos, participando en sus labores de labranza y la agricultura rustica, contemplan las estrellas y el navegar bajo el inmenso cielo azul y las aguas de Lago Titicaca.

Esta comunidad campesina mantiene vínculos de actividades comerciales con la población de distintas islas aledañas como los Uros, Taquile y Amantaní. Anteriormente, esta comunidad solo era un ente pasivo frente al desarrollo de las actividades turísticas que se daban en las islas ya mencionadas, pero a partir de las últimas décadas, algunas familias de la comunidad de Llachón decidieron brindar alojamiento a los turistas, durante la visita de los turistas en Llachón, ellos pueden realizar diversas actividades como pasear por la comunidad, visitar a casas familiares, acompañar en el manejo de antiguas herramientas agrícolas, observar el arte de hilar y tejer realizado por el sector femenino de la zona, así como degustar la comida típica; todo ello en un impresionante paisaje rural y natural con vista de majestuosos lago Titicaca.

e. Playa Ccotos



Figura 4. Península de la Isla Taquile.

La comunidad de Ccotos se encuentra ubicada en la península del distrito de Capachica, a 69 kilómetros al noroeste de la ciudad de Puno, a 2 horas de viaje por vía terrestre aproximadamente. La comunidad campesina de Ccotos posee una diversidad de atractivos a los turistas visitantes, la vista al fastuoso Lago Titicaca, la cadena de islotes y la playa de arena para relajarse, también cuenta como un museo local, centros artesanales de telares y tejidos de vestimenta típica; paseos en botes veleros, botes de remos y las actividades de pesca artesanal compartiendo con los pobladores, así como la visita a las ruinas de casa antiguas de piedra y restos arqueológicos.

Aspectos del turismo rural comunitario

Según PNUD (1992), en su informe refiere que la actividad turística como fenómeno de masas del siglo XX, comprende diversos aspectos del ser humano: el aspecto económico, el aspecto social, el aspecto cultural y la protección del medio ambiente, entre otras, con resultados positivos o negativos, lo que es difícil de convencer a la comunidad, ya que los visitantes también tienen derecho a disfrutar del lugar y las personas vinculadas a las diferentes actividades facilitan los viajes y atienden a los turistas visitantes.



Figura 5: El compartir con los turistas.

Este organismo internacional, divide en cuatro aspectos:

Aspecto económico

Este aspecto hace referencia a aquellos efectos del turismo rural comunitario en los ingresos, empleos e inversión. Es una libre transferencia de personas y de réditos, entre países y localidades, originada durante un tiempo en el cual se realizan actos particulares de consumo (Bertolino, citado por Bermúdez, 2017).

Aspecto social

Este aspecto analiza la satisfacción de las necesidades básicas, y también del deseo de tener nuevas experiencias. El ser humano logra alcanzar esa satisfacción mediante el uso de algunos bienes y el acceso a ciertos servicios. El turismo es un conjunto de relaciones y fenómenos producidos por el desplazamiento y la permanencia temporal de personas fuera de su lugar de residencia habitual, sin que sean motivadas por el lucro (Hunziker y Krapf, citados por Jiménez, 1990).

Aspecto cultural

Se refiere a la interconexión que se genera entre el turista visitante y la comunidad que los recibe.

La importancia que dan los turistas al aspecto cultural y las tradiciones locales, el turismo rural comunitario posee un criterio fundamental en la preservación y recuperación a largo plazo, de los elementos como: la gastronomía, folklor, costumbre, artesanía, y otras tradiciones culturales. todo ello por iniciativa de las comunidades y nada por imposición.

(Castillo, 2014).

El aspecto cultural contribuye al fortalecimiento de identidad local, regional y nacional, ya que permite apreciar dichos valores, expresado en el comportamiento de los visitantes con respeto y admiración de la cultura y tradición local. el mismo que propicia a nuevos visitantes extranjeros a conocer la pluriculturalidad y biodiversidad del Perú.

Aspecto ambiental

Se entiende como el desarrollo sostenible que atiende a las necesidades de los turistas actuales y de las regiones receptoras y al mismo tiempo protege y fomenta las oportunidades para el futuro. Se concibe como una vía hacia la gestión de todos los recursos naturales, de forma que puedan satisfacerse las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas que sostienen la vida (OMT, 1999).

Servicios turísticos

Existen variedad de definiciones a cerca de servicios, que son válidas para saber su significado del mismo.

Stanton (2005) citado en Collantes y Carpio (2019), conceptúa a los servicios como: “actividades intangibles e identificables por separado, que satisfacen deseos cuando se venden a consumidores y/o usuarios industriales y que no están necesariamente ligadas a la venta de otros productos o servicios”.

Clasificación según tipo de servicio de los servicios turísticos

- a. Turismo comunitario:** su principal característica es que es brindado por los comuneros (pobladores de una comunidad local). Esta actividad resultó como una gran alternativa de generar ingresos económicos para las comunidades de distintas zonas alejadas, además que es un recurso para revalorizar los recursos naturales, culturales y arqueológicos.
- b. Ecoturismo:** este término se usa hace más de treinta años y en la actualidad esta actividad es una opción factible de preservación natural y cultural de las zonas donde existe, de ese modo genera crecimiento económico.
- c. Turismo rural:** Es la actividad que realizan los turistas en zonas rurales, fuera del sector urbano de grandes poblaciones, y son brindadas por los mismos propietarios en respuesta a las necesidades de los visitantes.
- d. Turismo rural comunitario:** A diferencia del turismo rural clásico, este se caracteriza por desarrollarse de manera planificada donde los visitantes participan activamente en los quehaceres de la comunidad rural, haciendo que su cultura se convierta en factor clave; además es de beneficio directo a los comuneros en

el desarrollo sostenible de su economía

- e. **Turismo de aventura:** Se refiere a las actividades realizadas por el visitante turista que incluyen viajes hacia áreas poco concurridas, asumiendo posibles riesgos por acontecimientos inesperados. (Saavedra, 2004).

Clasificación según el tipo de demanda

Los turistas, sean nacionales o extranjeros, tienen diversos motivos para realizar este tipo de actividades, así como para elegir su destino turístico, teniendo en cuenta las características del servicio, la diversidad de atractivos, servicios complementarios, etc. Por ello, Guijarro (2009) identifica seis tipos de turismo según las características de los demandantes, los cuales se detallan a continuación:

- a. **Turismo por ocio:** Es demandado por los turistas quienes buscan satisfacer sus demandas mediante el ocio, vacaciones y recreos.
- b. **Turismo por visitas familiares:** Se refiere a los viajes realizados por los turistas con el fin de tener un reencuentro con sus familias y amigos de su preferencia.
- c. **Turismo por educación:** Los turistas realizan este tipo de actividad con la finalidad de asistir a los diversos eventos académicos como congresos, convenciones, conferencias, cursos, y otros con motivos profesionales.
- d. **Turismo curativo:** Se refiere a las visitas de los turistas a lugares que brindan servicios para el bienestar corporal y de salud como aguas termales curativas, balnearios, y centros de atención especializada.
- e. **Turismo religioso:** Es la actividad realizada por los turistas en participación de peregrinaciones, y celebraciones religiosas.
- f. **Turismo ecológico:** Principalmente, realizado con fines de preservación y respeto a la naturaleza, mostrando una actitud explorativa en contacto directo con la naturaleza.

Características de los servicios turísticos

Stanton (citado en Collantes y Carpio, 2019) afirma que los servicios, de cualquier tipo, presentan cuatro características principales las cuales son: intangibles, indisociables, variables y perecederos; estas son detalladas a continuación.

a. Intangibles

Por su naturaleza el servicio es de cierta manera incomprensible, ya que no se puede percibir a través del tacto, olfato, u otro sentido. Y la única dependencia que tiene es de la experiencia personal de los clientes, que es donde la empresa tiene la oportunidad de brindar valor agregado.

b. Indisociables

El servicio siempre está presente en la relación cliente-empresa, y a través del trato personal o factor humano como medio idóneo se logra brindar un servicio integral.

c. Variables

El servicio brindado a cada persona es único ya que el factor humano como el medio idóneo, brinda un trato personal a los clientes, en base a distintas variables; pero los colaboradores deben seguir políticas de control y estandarización en ciertas particularidades del servicio como el saludo, la bienvenida, la despedida, etc. El objetivo de la empresa es brindar un servicio de calidad, además de lograr satisfacción y confianza ya que la actitud y el comportamiento de los clientes son heterogéneos.

d. Perecederos

Los servicios no tienen procesos de producción masiva, es decir, no existe una producción en serie; debido a que el servicio depende del contacto personal organización-cliente, en donde el resultado es el valor agregado. A diferencia de los productos, los servicios se brindan en un momento dado, sin posibilidad de almacenaje y demás operaciones de logística.

Marketing turístico

Según Kotler P. (2011) Marketing de servicios turísticos es: “la ciencia y el arte de captar, mantener y hacer crecer el número de clientes rentables” afirma que entender de marketing de servicios turísticos es más profundo que la simple actividad de promoción y publicidad de ofrecer destinos turísticos a los visitantes del mundo, es muy variado, fundamentalmente de dar respuesta a las necesidades, deseos, interés, sueños, superar las expectativas con la máxima satisfacción, y hacer que las percepciones sean mayor que las expectativas.

El Marketing de servicio tiene como objetivo fundamental el de satisfacer las necesidades como los servicios de educación, protección, seguridad, transporte y otros de una forma eficiente para generar planes y programas que cuentan como herramienta principal las variables del marketing como el producto, precio, plaza y promoción, todo servicio tiene la característica de intangibilidad, inseparabilidad, variabilidad y es perecedero.

Stanton (2005), señala que el marketing de servicios es parecido al servicio de

aplicado a productos pues ambos usan la investigación como herramienta para crear un cronograma de actividades con el objetivo de alcanzar mercados nuevos.

El marketing de los servicios turísticos no podrá ser en ningún caso una doctrina pasiva y contemplativa. El marketing, en su esencia requiere acción, no admite además otra finalidad que un proceso de decisión que permite la acción de la empresa turística en la mejor sección del mercado de la demanda.

La Organización Mundial de Turismo (OMT), define al marketing turístico como una filosofía de gerencia que, en función de la demanda turística, con técnicas de estudios, de previsión y de elección, permita la inserción de la oferta turística en el mercado lo más coherente con la vocación de la empresa, y esto para el mejor beneficio. Esta definición recoge dos aspectos; primero, una filosofía de *management* de las empresas turísticas, y segundo, un conjunto de estrategias de estudios, previsión y elección, orientado a lograr el mejor beneficio.

Adicionalmente, la OMT agrupa los propósitos del marketing turístico en dos bloques los cuales serán descritos a continuación:

- a. El marketing turístico determina y define aquellos mercados que proporcionan un manejo más productivo del capital turístico de un territorio y otros recursos disponibles para este sector.
- b. Además, este tipo de marketing, debe garantizar que dicho capital y recursos sean utilizados para actividades de planificación, producción y comercialización de productos turísticos, de ese modo lograr inducir decisiones de compra favorables de los clientes del mercado potencial identificado.

Desarrollo sostenible

Según Mebratu (1998) citado en Barrera (2018) precisa que se ha generado muchas ambigüedades sobre todo desde el punto de vista filosófico referidos al tema de desarrollo sostenible; sin embargo, el tema es de mucha importancia y de actualidad global, desde allí se han establecido políticas a nivel nacional e internacional, más aún, cuando se vincula con temas empresariales por las muchas repercusiones que pueden suscitarse en el futuro de la humanidad.

La importancia del desarrollo sostenible y falta de especificidad al mismo tiempo, conlleva esfuerzos intelectuales diversos, que van desde identificar sus dimensiones, indicadores de medición, pero ninguno es aceptado universalmente (Parris & Kates, 2003, citado en Vessuri, 2004).

En las diferentes Cumbres Mundiales que han sido lideradas por la Organización de las Naciones Unidas, se han tratado temas sobre la definición del tema de desarrollo sostenible, allí se ha llegado a discutir ampliamente sobre la importancia del desarrollo

sostenible siendo base fundamental para la vivencia de la humanidad, Empero, contribuye a la búsqueda de consensos a nivel conceptual a fin de que se valide como una necesidad en cuanto se refiere a desarrollo desde las pequeñas instituciones hasta los organismos internacionales.

De acuerdo a lo afirmado por el Banco Mundial (2003), el desarrollo sostenible se avoca del bienestar humano en el tiempo, entendiendo que el bienestar humano siempre dependerá de cada ser humano, es decir, siempre será a su entera selección y decisión, es más, también dependerá de las sociedades y generaciones en el futuro, para ello, existen factores comprometidos, tales como la educación, salud, oportunidad de laboral, vivienda, seguridad, comodidades, inclusión social, relaciones interpersonales, vínculos familiares y otros, lo más importante son los derechos fundamentales para la vivencia que sean sostenibles en el tiempo.

Por otra parte, el bienestar humano depende de las políticas gubernamentales. Es el gobierno quien debe crear las condiciones para el bienestar del pueblo. Implementar políticas educativas, económicas, laborales, de vivienda, de inclusión de seguridad ciudadana, de responsabilidad social y ambiental.

La definición está relacionada con el desarrollo integral de la persona, desarrollo socio-ambiental y económico. Donde el factor económico es la dimensión determinante, esto es garantizar el flujo de consumo o utilidad que es consecuencia de la existencia de capital y riqueza, suficiente para asegurar el bienestar de las generaciones. Lo será en la medida en que el producto bruto interno se incremente sostenidamente en el tiempo y las reservas internacionales de un país sea significativamente favorable. (Banco Mundial, 2003)

Esta postura está relacionada con los conceptos de economía ecológica, economía con responsabilidad ecológica. En este marco se hace hincapié en los factores que repercuten en el bajo crecimiento dividiendo la sostenibilidad, entendido como “sostenibilidad débil” (Pearse & Atkinson, 1992, como se citó en Gallopín, 2003). Lo cual presupone que estos activos son sustituibles y influyentes determinantes en su incremento/crecimiento, y “sostenibilidad fuerte”, donde los activos son irremplazables por que el ecosistema, los recursos naturales no son reemplazables. Los argumentos que se corresponden con los límites de aumento se paramearan en la sostenibilidad a largo plazo, en cambio, los fundamentos en favor del aumento ilimitado se fundan en la sostenibilidad a corto plazo. En la perspectiva expuesta en la línea de la economía ecológica (Turner, 1993, citado por Gallopín, 2003), la sostenibilidad se divide en:

Sostenibilidad	Enfoque	Definición
Muy fuerte	Bio-céntrico	El capital producido por el hombre no puede sustituir a los recursos naturales.
Fuerte	Socio-ecológico	Existe la necesidad de conservar los capitales distintos, los mismos que no son sustituibles.
Débil	Socio-ecológico	Los procesos ecológicos y bioquímicos son de mayor valor, en caso de perderse no son reversibles, por lo que no son sustituibles.
Muy débil	Antropocéntrico	El capital producido por el hombre y el capital natural es posible reemplazarlo perfectamente. Para la sostenibilidad social es significativo la sostenibilidad del ecosistema.

Tabla 1: Tipología de la sostenibilidad

Fuente: Elaborado por el tesista, basado en Turner (1993, citado por Gallopin 2003).

Concepción del desarrollo humano sostenible

El desenlace más primordial en la definición han sido los sucesos humanos en la historia reciente, los mismos que se mencionan como el acontecimiento histórico de la Revolución Francesa y su relación con las teorías modernas del desarrollo humano, como consecuencia de ello han sido las dos últimas guerras mundiales en pleno siglo XX, así como los bombardeos nucleares de Chemobyl y Fukushima, que lo han convertido en un desastre natural, lo cual ha traído consigo el incremento de la pobreza y desnutrición, razón por la cual, se puso en debate el tema del medio ambiente como una prioridad en el plano político y académico en todas las universidades del mundo.

En este contexto de reflexión y análisis sobre los hechos trascendentales en el mundo que han afectado el progreso permanente del mundo, se aprecia las síntesis en común entre los paradigmas que permiten sintetizar, teorizar, esquematizar y continuar reflexionando sobre el tema en discusión.

El desarrollo sostenible es el eje fundamental de un sistema social, que inicia desde el análisis situacional para analizar y explicar su contexto en la que son las sociedades en un determinado tiempo y espacio.

Los factores de medición y la valoración dependen del modelo que se adopta, donde el criterio del investigador o evaluador, en este caso, no influye en los resultados o en la condición en que se encuentran los grupos de individuos, solo emiten conclusiones a partir de los datos que encuentra. Desde luego que cada instrumento o modelo establece parámetros o marcos de referencia ideal.

Perspectiva del desarrollo sostenible

El proceso de sostenibilidad significa la continuidad en el tiempo necesario sin que sea necesario sin agotar recursos naturales y energéticos que se necesitan continuar operando (Nebel & Wright, 1999). En un inicio se decía que la producción sostenible en actividades tradicionales del hombre, cabe explicar que los árboles crecen y se reproducen lo mismo que otras especies biológicas, pese a desastres naturales, pero no con la rapidez con que se talan los bosques del mundo.

Es más, se puede aseverar que una sociedad es sostenible, aquella que en el tiempo conserva sus recursos, y no se extinguen en protección de mantener sus mismos recursos para las futuras generaciones. Eso significa, que el hombre no origina contaminantes de manera irresponsable que afecten al ecosistema.

La Comisión Mundial para el Ambiente y el Desarrollo (1987, citado en Nebel & Wright, 1999) precisa que el desarrollo sostenible es la “satisfacción de las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones venideras de satisfacer sus propias necesidades”. A partir de esta premisa, el desarrollo no se relaciona con el enfoque reduccionista de confundir el desarrollo con urbanizar, es decir, de urbanizar las áreas naturales en áreas urbanas como espacios comerciales, desarrollo inmobiliario, espacios de cultivo y otros de índole comercial.

Por otro lado, el desarrollo sostenible se concibe como el estado en que habitan las personas y el estado donde desean convivir. Cuando la persona quiere vivir en un ambiente cómodo, se comporta con libertad de acuerdo a sus ingresos económicos. Sin embargo, el objetivo primordial del desarrollo son las implicancias de esas libertades, de elección o privación. Las libertades de elección se refieren a la toma de decisión humana y el uso de sus capacidades para conllevar una vida satisfactoria. Empero, la libertad de privación corresponde al hambre y pobreza.

A medida que transcurre el tiempo, las sociedades y los grupos humanos tienden a cambiar de libertades, en tal sentido, la perspectiva del desarrollo es dinámico y no estático, se formulan en función a la elección de la persona y de sus necesidades que demandan en la sociedad.

Por otra parte, el ser humano es un sujeto activo e impulsor conforme a su desarrollo, desde esta perspectiva, no solo es asistido por el Estado. Sin embargo, el Estado, las políticas de gobierno y sociedad son determinantes en la ejecución o logro del desarrollo de las personas, porque son proveedoras de oportunidades o restricciones, de las condiciones mínimas de sobrevivencia o las condiciones máximas de realización plena. Es aquí donde se habla de equidad, es decir, si la “riqueza” se distribuye de manera equitativa entre los habitantes de un país o región, si existen las mismas oportunidades de acceso a la educación, salud, trabajo, vivienda, inclusión, seguridad y de progreso.

Empero, este desarrollo debe estar enmarcado dentro de la sostenibilidad, satisfacción de los deseos y las necesidades humanas sin alterar o afectar el bienestar de las futuras generaciones, puesto que los recursos siempre son escasos y las necesidades humanas ilimitadas. Entonces, el sistema social para su funcionamiento sostenido en el tiempo tendrá que ser responsable respecto al ambiente natural.

Características del desarrollo sostenible

El desarrollo sostenible cuenta con 3 aspectos, que a continuación son teorizadas.

a. Aspecto de desarrollo económico

El desarrollo económico se diferencia del crecimiento económico. En lo que respecta al desarrollo económico, se refiere al bienestar de las condiciones de vida, ésta genera cuando existe cambios cualitativos en las formas de producción o la economía de un país, que deben ser coherentes con el desarrollo y el avance de la tecnología. El desarrollo y avance económico es un enfoque cualitativo; pero, sin embargo, viene a ser el proceso de los niveles de actividad económica donde incrementan permanentemente en el tiempo. Este enfoque cuantitativo está relacionado con la renta o el ingreso *per capita* (San Román, 2004).

Para poder diferenciar entre crecimiento y desarrollo, el primero, es de mucha importancia en la medida de que exista una distribución equitativa. Según Prado (2003) se debe promover el desarrollo sostenible permanentemente, y no puede ser concebido como crecimiento permanente. Sin embargo, no son prioritarios cuando el proceso productivo influye en la recuperación de los recursos naturales, la salud y el nivel de vida, además cuando las decisiones no son dadas en relación al cambio climático y el impacto ambiental que se crea con una actividad productiva o extractiva, y el uso inadecuado de recursos se enfatiza en la disminución del medio ambiente; es más, no se aleja de perder la sostenibilidad y el aprovechamiento de la biodiversidad creativamente y responsablemente, como una actividad para el desarrollo turístico.

Desde esta perspectiva, la demografía y la pobreza no constituyen causas del agotamiento de los recursos del planeta. Más bien los procesos -las personas se convierten en población excedente, la privatización y explotación de los recursos, de acuerdo al mercado y no a la demanda local- están plenamente interrelacionados, a no ser causa de b y c, un proceso no es consecuencia del otro proceso. Por el contrario, como consecuencia de los procesos anteriores, se tiene: crisis demográfica, pobreza y marginalidad y ecológica.

El crecimiento demográfico de los países en vías de desarrollo y subdesarrollados no es causa de la destrucción ambiental, porque las demandas de estas poblaciones son mínimas en comparación con los recursos demandados por los países de élite y desarrollados (Prado, 2003). Así, por ejemplo, un ciudadano promedio de los Estados Unidos

utiliza 250 veces más que un ciudadano promedio de Nigeria. Queda claro que el concepto sostenibilidad debe aplicarse con mayor énfasis y rigor en los países desarrollados.

Además, la racionalidad del crecimiento es un camino hacia la sustentabilidad, es asegurar en el largo plazo la preservación del ambiente, es decir una política económica o productiva que proteja el medioambiente. Debemos pasar de una productividad económica de corto y mediano plazo a una productividad ecológica de largo plazo. Una racionalidad formal-instrumental orientada a fines ecológicos, una racionalidad sustantiva de acuerdo a los valores, costumbres y tradiciones de las comunidades. Desde este punto de vista, afirmar que primero hay que crecer para luego conservar o primero hay que crecer y luego distribuir, son prácticas irresponsables y afirmaciones falsas. Por el contrario, a mayor ingreso *per cápita*, mayor inversión en conservación ambiental, uso de tecnologías limpias y uso de energías renovables.

En el largo plazo, el crecimiento económico dependerá de los activos ambientales, de las actividades agropecuarias, silvícolas, de la pesca, el turismo, orientada en primer lugar al consumo interno, y luego para la exportación. Esta política terminará por imponerse al crecimiento económico irracional de nuestro tiempo, dado el agotamiento evidente de los recursos naturales. Entre 1960 a 1990 en Latinoamérica se deforestó dos millones de kilómetros cuadrados, sacrificándose el 40% de ingreso futuro.

Desarrollo económico en el Plan de Desarrollo Regional Concertado al 2021 (Consejo de Coordinación Regional 2013 – 2014 – Gobierno regional Puno, 2013)

En el marco de desarrollo económico de la región se formula el Plan de Desarrollo Regional Concertado al 2021. El documento está formulado en el enfoque de desarrollo territorial, desarrollo social, económico, derechos humanos, desarrollo sostenible y sustentable que incorpora el factor andino, es decir, identifica y reconoce la interrelación ser humano - espacio físico dentro del ámbito universal, y fundamentalmente en el contexto del principio ético de reciprocidad social, complementariedad con su entorno y correspondencia como factores articuladores básicos para construir el desarrollo de la región. Los elementos al que nos referimos son un conjunto de principios en el paradigma andino “*sumaq kawsay*” y “*suma jakaña*”, términos quechua y aimara que significa “buen vivir”.

Al hablar de desarrollo territorial nos referimos a las pautas de orientación de la región Puno. Por otra parte, la visión de desarrollo humano se refiere al hecho de ampliar las oportunidades para la población puneña, de sus capacidades y competencias y del pleno ejercicio de la libertad. La perspectiva de derechos supone alcanzar el bienestar como un derecho fundamental. En tanto, el desarrollo sostenible y sustentable es el factor de solidaridad entre las generaciones, es decir que en el presente se piense en preservar el hábitat para no afectar a las futuras generaciones en su derecho al bienestar, de vivir en un ambiente soportable en lo ecológico. El desarrollo del presente no debe comprometer ni ser una amenaza para las futuras generaciones, debe ser responsable, equitativo y racional.

Veamos en seguida las potencialidades de la región Puno en sus recursos humanos, naturales y atractivos turísticos:

Capital humano

- Población: la población en 125.663 habitantes Población 2011: 1'364,752 habitantes. Es la sexta región con mayor población del Perú.
- El bono demográfico es de 61%.
- El 88.9% de la población mayor de 15 años, son alfabetizadas.
- La población económicamente activa (PEA) es el 83.4%, de los cuales el 50.6% se dedica a la actividad agropecuaria.

Recursos naturales

- 3'491,116 hectáreas (52% del territorio) son pastos naturales.
- 1'417,141 hectáreas (21% del territorio) es área forestal.
- El área agrícola es de 333,924 Has., de los cuales 240,000 Has. son áreas de cultivo.
- La diversidad biológica está constituida por la variedad de tubérculos y de cereales de alto valor nutricional como la quinua, cañihua; asimismo existen numerosas variedades de plantas medicinales.
- La fauna de la región está compuesta por diversidad de aves, mamíferos peces y reptiles.
- En el Parque Nacional conocido como Bahuaja Sonene, en un área de 550 Has. cohabitan 91 especies de mamíferos, 570 especies de aves, 94 de peces, 127 especies de reptiles y anfibios.
- La Reserva Nacional del Titicaca es el hábitat que superan más de 60 especies, entre peces, aves, anfibios, plantas acuáticas y otros.

Potencial turístico

La principal actividad económica de la región Puno, es el turismo, debido a su diversidad cultural, geográfica y social como potencial turístico, existen más de 174 sitios turísticos como atractivos registrados en instituciones del sector turismo, 110 atractivos turísticos son expresiones culturales y 51 áreas naturales entre otras. Que a continuación se detallan:

Por sus manifestaciones culturales, Puno, es la “Capital del Folklore Peruano”, porque se exhiben en diversas festividades costumbristas alrededor de 350 danzas ancestrales, dentro de las cuales está la más conocida mundialmente la “Festividad de la Virgen de la Candelaria”.

Asimismo, la variedad, calidad y encanto de la artesanía en cerámica y textilera en hilos naturales (de alpaca, vicuña) es merituada en el Perú y en el extranjero por ser productos de exportación.

Por los atractivos turísticos y manifestaciones culturales mencionados, además de su gastronomía, la región Puno ha incrementado considerablemente el flujo de turistas nacionales y extranjeros (fundamentalmente de Francia, Estados Unidos, Alemania y Argentina). En el año 2010 visitaron Puno 279,765 turistas. Cinco años después en el 2018 solo en el mes de octubre alcanzó 207,886 visitas (MINCETUR, 2016).

Tipo de turismo	Atractivos turísticos
Turismo lacustre	<ul style="list-style-type: none"> • Lago Titicaca, el lago navegable más alto del mundo • Las islas flotantes de Los Uros • Las islas de Amantani, Ccotos, Suasi y Taquile • Las penínsulas de Chucuito y Capachica. • Las playas de Charcas, Chaatuma, Chifrón, Llachón, y Juli.
Turismo vivencial	<ul style="list-style-type: none"> • Las penínsulas de Chucuito y Capachica • Las islas de Amantani, Taquile y los Uros • Las ruinas de Atuncolla.
Turismo histórico cultural	<ul style="list-style-type: none"> • La cultura Pukara y Tiawanaku. • Lugares arqueológicos de Sillustani, Kalasaya y Cutimbo. • Iglesias coloniales de Juli y Pomata. • Réplica de “La Piedad” de Miguel Ángel de Lampa.
Turismo ecológico de aventura y termalismo	<ul style="list-style-type: none"> • El parque nacional de Bahuaja Sonene. • La reserva nacional del lago Titicaca. • Los nevados de Allin Cápac, Huayna Cápac, Chichi Cápac y Kunurana. • El cañón de Tinajani • Puyas de Raimondi y queñuales de Putina. • Baños termales en Putina, Ollachea, Pojccoquella (Ayaviri), Collpa Apacheta (Pichacani) y Uchuhuma (Coasa)

Tabla 2: Los atractivos turísticos de la región Puno

Fuente: MINCETUR – PUNO (2016).

PBI como características principales del desarrollo económico

El desarrollo económico de una región se mide según su crecimiento económico,

político y social. El indicador más frecuente es el Producto Bruto Interno anual (PBI), que mide la cantidad de bienes y servicios producidos durante un determinado año, al que se denomina riqueza, asimismo mide el ingreso *per cápita* (por persona) de la población económicamente activa, su infraestructura (número de viviendas, instituciones educativas, hospitales, carreteras, puentes, presas). Sobre todo, el nivel de escolaridad que alcanza su población por el acceso a la educación. Estos factores generan estabilidad social y política. Empero el crecimiento económico cuando es sostenido y de largo plazo, hay desarrollo, bienestar humano.

b. Aspecto de desarrollo social

Según Midgley (1995, p. 8) el desarrollo social es “un proceso de promoción del bienestar de las personas en conjunción con un proceso dinámico de desarrollo económico”. Un proceso que en un determinado periodo de tiempo permite el bienestar y el desarrollo de la sociedad; lo que se ve reflejado principalmente en factores como: educación, salud, nutrición, vivienda, mayor seguridad social, sueldos y salarios, baja vulnerabilidad, mayor tasa de empleo o reducción de la pobreza y las brechas de desigualdad en el ingreso *per cápita*. En esta dimensión de desarrollo, el papel fundamental del Estado es promover proyectos y programas, de voluntad política y de gobierno; como coordinador en la gestión descentralizada, con la activa participación e intervención de los gobiernos regionales, locales y los entes sociales, públicos y privados.

Por otra parte, “el desarrollo social debe inducir a equilibrar el bienestar en las sociedades industrializadas. (Di Tella, Camou, Chama & Tortti, 2009, p. 184), así como de la Organización de las Naciones Unidas (ONU). Esto es, que en la actualidad se entiende por desarrollo social al proceso sostenido que debe adecuarse a las condiciones económicas y sociales propias de cada país, región o localidad. Los cuales deben medirse mediante estándares internacionales para alcanzar las metas sociales deseables.

También, puede entenderse como “un proceso de expansión de las libertades reales de que disfrutaban los individuos” (Sen, 2000, p. 19). Una afirmación que aporta al concepto de desarrollo humano por otorgarle vertebral importancia, dado que está en paralelo o en complementariedad al desarrollo social. Por tanto, se entiende por desarrollo humano como la “creación de un entorno en el que las personas pueden desplegar su pleno potencial y tener una vida productiva y creativa, de acuerdo a sus intereses y necesidades” (Sedesol, 2001-2006, p. 15).

Por la otra parte, el desarrollo social desde el punto de vista de los derechos humanos es una muestra de las políticas sociales que adoptan los gobiernos, sobre todo los derechos humanos de segundo orden, nos referimos a los derechos sociales, culturales y económicos, con el que el Estado pasa a una etapa superior, el de constituirse en un estado social de derecho (Comisión Nacional de Derechos Humanos, 1986).

A diferencia de las medidas tradicionales basadas en los indicadores del PBI, el enfoque de Sen (2000) constituye cinco libertades: servicios económicos, políticas, oportunidades sociales, seguridad protectora y garantías de transparencia. Los factores tradicionales aportan a logro de estas libertades. En la actualidad, los conceptos de Amartya Sen son un referente planetario en las políticas sociales.

No obstante, si bien el desarrollo social aporta a superar las condiciones de vida de sus pobladores que supone bienestar social, la tendencia en decisiones de gobierno en políticas sociales ha sido la creación de programas sociales y la limitación de políticas sociales a nivel mundial. La tendencia está marcada por la eficiencia y criterios de optimización de las riquezas fiscales disponibles (Levy, 1991).

Las políticas del sector público han priorizado reducir la brecha de pobreza, sobre todo la pobreza extrema mediante programas sociales como meta primordial. La estrategia para lograr este objetivo ha sido el asistencialismo en gran medida, y en menor magnitud el desarrollar capacidades y competencias laborales y de las oportunidades de empleabilidad de la población.

Teorías del desarrollo socio-económico

Son cuatro los enfoques del desarrollo: la modernización, la dependencia, los sistemas mundiales y la globalización. Reyes (2009) interpreta estas teorías que posibilitan explicar los esfuerzos realizados por los países en cuanto se refiere al desarrollo social, principalmente, en aquellos países donde la pobreza y la pobreza extrema es mayor. Además, estas interpretaciones permiten ponerlos en perspectiva, así como hacer alcances y recomendaciones en cuanto a las políticas sociales se refiere.

1. La teoría de la modernización

La teoría sostiene que las sociedades más productivas son las modernas, porque los niños tienen acceso a una mejor educación y los programas sociales llegan a los más necesitados. Según la Cooperación Iberoamericana y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (1984) como citó en Reyes (2009), afirma que las sociedades modernas poseen la particularidad de diferenciación estructural, en otras palabras, las instituciones modernas tienen definido con claridad sus funciones políticas.

Por su parte, Smelser (1984) argumenta con relación a la diferenciación estructural de las instituciones modernas, que, si bien ha incrementado su capacidad funcional, al mismo tiempo ha surgido el problema de la integración y coordinación en las actividades o la ejecución de políticas sociales.

Al respecto, Rostow (1990) citado en Almandoz (2008), encontró una respuesta

posible para que los países en vías de desarrollo puedan modernizarse, en base a los siguientes criterios:

- La modernización como proceso homogenizador, aquella que tienen tendencia a la convergencia entre las sociedades. Al respecto, Levy (1997) sostuvo: a medida que el transcurrir del tiempo las sociedades nos parecemos unos a otros por efecto de los patrones de modernización.
- La modernización como proceso europeizador (tendencia a Europa occidental) y/o americanizador (tendencia a los Estados Unidos), bajo la noción de prosperidad económica y estabilidad política.
- La modernización como proceso irreversible, en cuanto los países en vías de desarrollo entran en contacto con los países occidentales o con Norteamérica, existe la tendencia irresistible a la modernización (Tipps, 2001).
- La modernización es progresiva de largo plazo inevitable. En esta perspectiva, se entiende que los países con sistemas políticos modernizados poseen mayor y mejor capacidad que aquellos que mantienen un sistema tradicional, cuando se trata de abordar y realizar actividades de identidad nacional, territorial, participación, legitimidad y la distribución de recursos, es decir, se observa la evolución continua, lenta, más no radical. Puede tardar generaciones, décadas e inclusive siglos para que evolucione completamente (Huntington, 1996 citado por Habermas, 2008).

2. Teoría de la dependencia

Surge a mediados del Siglo XX como consecuencia de los estudios realizados por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). En este marco, para Prebisch (1950), crear condiciones de desarrollo en un país requiere:

- Mayor análisis en las políticas fiscales que en las monetarias para controlar las tasas de cambio monetario.
- Promover un gobierno eficiente en cuanto se refiere a desarrollo nacional.
- Fomento de la inversión priorizando el capital nacional.
- Fomento de inversiones de capitales extranjeros en función a las exigencias prioritarias del plan de desarrollo del país.
- Industrialización de los países del tercer mundo para incrementar la demanda interna en términos de mercados.
- Aumentar la remuneración de los trabajadores del sector estatal e implementar

políticas para el sector privado.

- Generar condiciones de vida más saludables y equitativas en la población otorgando un sistema de seguro social a los más necesitados.
- Desarrollar políticas de importaciones más eficientes protegiendo la producción interna (Bodenheimer, 2000).
- La teoría de la dependencia se basa en las propuestas de Prebisch y CEPAL a inicios de la década de los cincuenta del siglo pasado. No obstante, existen posturas, como las de Falleto y Dos Santos, quienes sostienen que estas propuestas fracasaron.

3. La teoría de sistemas mundiales

Esta teoría de la década de los sesenta del siglo XX sostiene que los países en vías de desarrollo crearon nuevas condiciones para elevar la calidad de vida y las condiciones sociales de sus habitantes.

Estas nuevas condiciones se refieren a los estudios de análisis, aplicación y transferencia de tecnología productiva, la renovación de los sistemas financieros y sobre todo los negocios internacionales. Por ejemplo, diferenciar inversión productiva de inversión especulativa, la primera refuerza la producción manufacturera; y la segunda, son más volátiles, porque generan utilidades rápidas en los mercados bursátiles. No obstante, no garantiza crecimiento sostenido a largo plazo.

Como se describe, esta teoría diferencia entre transacciones directas, considera mecanismos de comercio porque tienen mayor impacto en los mercados y en el crecimiento económico del país. Las operaciones de transacciones comerciales indirectas tienen prospección en lo que se refiere a contratos de comercio, aunque su productividad y rendimiento no están libres de especulaciones relacionadas con los costos de transporte, predicciones de producción de materia prima a futuro por factores climáticos o de otra índole (Wallerstein, 1998).

Teoría de la globalización

Como tendencia más reciente surge la teoría de la globalización o la mundialización. Una teoría orientada a la búsqueda de la integración global con énfasis en el factor financiero. A diferencia del enfoque de los sistemas, la teoría de la globalización está centrada en los factores: cultural, económico, político y de las comunicaciones. Se sostiene que el factor vínculos culturales entre los países es un elemento de desarrollo, des mismo modo lo es el factor económico y político. Pero, el desarrollo vertiginoso y acelerado de las tecnologías de información y comunicación, constituye el factor más importante de interacción cultural (Kaplan, 1993).

La globalización de caracteriza por:

- Acepta la trascendencia que cobran las comunicaciones globales, mediante el cual los países pueden interactuar con más efectividad, flexibilidad y frecuencia, tanto en lo gubernamental como en lo social.
- El sistema de comunicación facilita la interacción en países más desarrollados y también en aquellos que están en vías de desarrollo. Hecho que permite a sociedades más pobres comunicarse por medios tecnológicos novedosos.
- En los países, el nuevo sistema de comunicación por medios tecnológicos permite la modificación de sus modelos económicos, sociales y culturales. En la actividad económica, las pequeñas empresas reciben beneficios del avance de la tecnología para posicionarse en los mercados, aprovechar los recursos, intercambiar productos, realizar transacciones económicas, utilizar la moneda virtual. En lo cultural, se unifican los nuevos modelos de intercambio en el mundo en lo que a transacciones económicas se refiere y a la información de sus productos culturales.
- El nuevo modelo de comunicación por medio de las tecnologías emergentes repercute en las minorías en los países, en el sentido de que no se integran del todo al sistema de comunicación. No obstante, las empresas pequeñas, grandes, las élites políticas aprovechan la globalización para tener mayor interacción en todo el mundo, y estas empresas, así como las élites políticas continúan tomando las decisiones más importantes respecto del desarrollo.
- En cuanto a los elementos culturales, estos establecen las estructuras sociales y económicas de todos los países. Los factores culturales y económicos que son más dominantes en el mundo generan condiciones sociales particulares (Moore, 1993).

Los supuestos que se deducen de la teoría de la globalización se sintetizan en: Primero, lo cultural es el factor determinante del factor social. Segundo, el contexto actual no requiere de las naciones-estado como unidad de análisis por efecto de las comunicaciones de alcance global (Peter, 2005). Es decir, en la medida que los países logren un sistema de comunicación estandarizado en la línea de los avances tecnológicos, mayor será la conexión entre los grupos sociales en el mundo, sean grupos dominantes o no lo sean.

c. Aspecto medioambiental

El medioambiente, mas no “medio ambiente”, es el “conjunto de circunstancias físicas, culturales, económicas, sociales, etc., que rodean a las personas” (Pacheco, 2004, p. 6).

Se entiende también como la generalidad de las condiciones externas que

repercuten en la vida, la supervivencia y concretamente el desarrollo de los organismos vivos. Es el contexto ambiental concreto conformado por elementos bióticos (flora y fauna), dentro del cual también está el hombre con ser social individual y organizado en colectivos que se caracteriza por su complejidad, por sus “estatus” o clases, quienes desarrollan un sinnúmero de actividades culturales, sociales y económicas (Reboratti, 2010). Asimismo, el concepto ambiente comprende todos los elementos y relaciones naturales (biocenosis) así como la interacción entre lo biótico y lo abiótico (litósfera, hidrósfera, atmósfera).

El medioambiente es una dimensión del desarrollo sostenible, lo cual implica medir el impacto de la actividad humana en el ambiente: una tarea compleja. No obstante, existen técnicas de realizar esta medición, entre ellas está el Índice del Planeta Viviente (IPV), Índice de Sustentabilidad Ambiental (ESI, sigla en inglés), a través de la huella ecológica propuesto por el canadiense Rees (1996), este último es el más conocido en la actualidad. En concepto de “huella ecológica” se fundamenta en el hecho que el ser humano, al igual que otras especies vivas que habitan la Tierra, necesitan de alimentos, energía y agua para vivir.

El hombre, por ejemplo, para vivir o sobrevivir necesita tomar una porción de la naturaleza, es decir de una porción de tierra para producir recursos para satisfacer sus necesidades. Necesita de vegetales, frutas, carne, fibras, madera, energía eléctrica, minerales, etc. Las necesidades del hombre son ilimitadas y los recursos son escasos, entonces en el afán de satisfacer la mayor cantidad de sus necesidades y al mismo tiempo el incremento progresivo de la población general el desequilibrio, por tanto, el ambiente se ve afectada y queda en evidencia la huella ecológica dejada por las actividades humanas, sobre todo por el uso indiscriminado de la energía: combustible fósil, nucleoelectrica, carbón, la tala de árboles. A todo esto, se suma, el uso de superficies extensas para verter los residuos. Todo este espacio contaminado constituye la “huella ecológica”.

Entonces, la huella ecológica es la superficie (marina, lacustre, terrestre) utilizada para producir bienes, alimentos y extraer materia prima, así como el territorio utilizado para generar energía, la construcción de puertos, carreteras, caminos, puentes, edificios y el espacio geográfico utilizado como vertedero que absorbe los residuos que produce el hombre.

Concepto de medioambiente y ecologismo

La extensa literatura sobre medioambiente, se entiende por ecología como la interacción entre los organismos vivos con su medioambiente. Difiere del concepto de medioambiente porque este se refiere a todos los aspectos físicos afectan y hacen posible la vida y el desarrollo; ambos generan bases para la satisfacción de los deseos y necesidades de todas las personas (Glosario de Estadísticas del Medio ambiente de las Naciones Unidas, 1997).

En tal virtud, la conservación, protección del medioambiente es muy importante para generar bienestar y calidad de vida a la población. Cada individuo o grupo social tiene derecho a la vida en un ambiente soportable, lo cual es posible en la medida que exista sostenibilidad y sustentabilidad en el desarrollo.

Para la conservación y protección del medioambiente, se han promulgado leyes que constituyen políticas gubernamentales con énfasis en el factor educación. Es la educación el medio para formar una sociedad con conciencia nacional ambiental. En este marco, el derecho como profesión ha interiorizado la problemática ambiental y por medio de la vía jurídica propone dispositivos legales, reglas y reglamentos para garantizar estabilidad ambiental.

En el Perú existe el Ministerio de Ambiente, órgano de gobierno del Estado que busca garantizar el bienestar de la población a través de políticas ambientales. Al respecto, Tofer (S/f) ejecutivo de del Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), asevera que el crecimiento económico, la estabilidad económica, la disminución de la pobreza están condicionados a la estabilidad y diversidad ambiental.

Marco legal e institucional del medio ambiente

En el Perú y en sus regiones como Puno, la conservación, cuidado y protección ambiental es un tema de actualidad. Está respaldada por aspecto legal e institucional. El marco legal está basado en la Constitución Política del Estado Peruano del año 1993, artículo 66) que textualmente refiere: los recursos naturales, renovables y no renovables, son patrimonio de la Nación. En el artículo 67) señala, el Estado Peruano establece políticas nacionales del ambiente. Fomenta el uso sostenible de sus recursos naturales. Más adelante, en el artículo 68) refiere, el Estado Peruano obligatoriamente debe fomentar y promover la conservación de la diversidad biológica y de las áreas naturales. Las disposiciones legales emanadas por el Estado son las siguientes:

7-09-1990	Decreto Legislativo N° 613	<i>Código del Medio Ambiente y de Los Recursos Naturales</i>
13-11-1991	Decreto Legislativo 757	<i>Ley Marco para el Crecimiento de la Inversión Privada</i>
26-06-1997	Ley N° 26821	<i>Ley Orgánica para el Aprovechamiento Sostenible de los Recursos Naturales</i>
24-07-1969	Ley N° 17752	<i>Ley General de Aguas</i>
30-07-1991	Decreto Legislativo N° 653	<i>Ley de Promoción de las Inversiones en el Sector Agrario</i>
13-05-1975	Decreto Ley N° 21147	<i>Ley Forestal y de Fauna Silvestre</i>
30-06-1997	Ley 26834	<i>Ley de Áreas Naturales Protegidas</i>
8-07-1997	Ley N° 26839	<i>Ley Sobre la Conservación y Aprovechamiento Sostenible de la Diversidad Biológica Diversidad Biológica</i>

18-07-1995	Ley N° 26505	<i>Ley de La Inversión Privada en el Desarrollo de las Actividades Económicas en las Tierras del Territorio Nacional y de las Comunidades Campesinas y Nativas</i>
------------	--------------	--

Tabla 3: Marco legal e institucional del medio ambiente

Fuente: Elaborado por el tesista.

El cumplimiento de estas disposiciones está a cargo de las siguientes instituciones del Estado:

- La PCM (Presidencia del Consejo de Ministros)
- El Ministerio de Agricultura
- La INRENA (Instituto Nacional de Recursos Naturales)
- Administración Técnica del Distrito de Riego de Puno
- La REDMAC (Red Nacional de Manejo de Cuencas Hidrográficas)
- La SENASA (Servicio Nacional de Sanidad Agraria)
- La PRONAMACHCS (Programa Nacional de Manejo de Cuencas Hidrográficas y Conservación de Suelos)
- La CONAM (Consejo Nacional del Ambiente)
- La INDECI (Instituto Nacional de Defensa Civil)
- El INAPMAS (Instituto Nacional de Protección del Medio Ambiente para la Salud)
- La SUNASS (Superintendencia Nacional de Servicios de Saneamiento)
- El INADE (Instituto Nacional de Desarrollo)
- Empresa de Servicios de Agua Potable de Puno
- Dirección General de Medio Ambiente
- El MITINCI (Ministerio de Industria, Turismo, Integración y Negociaciones Comerciales Internacionales).
- Policía Ecológica.

Protección del medio ambiente y turismo

La esencia del ecoturismo un ambiente natural de alta calidad. El incremento de

visitantes a los lugares turísticos trae como consecuencia inevitable, la degradación del ambiente. La acumulación de residuos, contaminación del aire, agua y suelo, alteración del hábitat de la fauna silvestre. A todo ello, se añade que las personas responsables de la administración del lugar turístico carecen de conocimientos, habilidades, motivación y recursos para sostener la relación ecoturismo-medioambiente.

El turismo no está relacionado armoniosamente con el cuidado y la conservación del ambiente. Requiere de educación ambiental, de capacitación para su administración inteligente y eficiente a fin de que los recursos naturales permanezcan atractivos para el turismo rural comunitario.

El manejo de residuos sólidos

Es el conjunto de procedimientos y políticas que constituyen el sistema de tratamiento de residuos. El propósito del Estado, por medio del Ministerio del Ambiente, es realizar una gestión ambiental y económica pertinente.

En primer lugar, la conducción y/o manejo de residuos sólidos, es un problema serio en todo el Perú, porque no se considera un recurso industrializable, es decir residuos igual a dinero, por el contrario, se considera un material sin utilidad ni valor económico. Los habitantes del país son generadores de residuos de manera inagotable y, por otro lado, existe la ausencia de gestión de residuos.

En las comunidades dedicadas al turismo rural comunitario en manejo de los residuos sólidos consiste en la reutilización y reciclaje de los residuos. En fundamental la cultura de la reducción y el consumo responsable a fin de contribuir a la salud pública y bienestar de la población. Se debe aprovechar y darles valor a los residuos desde la corresponsabilidad: pobladores-autoridades. Para lograr lo anterior, existe en nuestro país un marco legal. El hecho es cumplir y hacer cumplir lo reglamentado respetando la diversidad, la idiosincrasia y las iniciativas locales.

Sistema de manejo de residuos sólidos

Comporta los siguientes subtemas:

- **Generación:** cuando una organización por medio de un proceso o una persona cuando consume bienes y servicios transforma un material en residuo sólido.
- **Transporte:** es el que traslada voluntaria e involuntariamente residuos, por ejemplo, derrama carga, combustible, acumula lodo y otros residuos.
- **Tratamiento y disposición:** es la aplicación de tecnologías adecuadas y eficientes para el control y tratamiento de los residuos de mayor riesgo, para lo cual se construye rellenos sanitarios.

- Control y supervisión: está relacionado con el control eficiente de los tres sistemas anteriormente explicadas.

Riesgo al manejo de los residuos sólidos

Según Flores (2004) los casos asociados al manejo de los residuos son:

- Gestión negativa: cuando el manejo negativo o negligente de residuos provoca enfermedades o tiene implicancias en la salud pública.
- Contaminación de aguas: ubicación o vertedero de residuos que generan contaminación del suelo, aire y agua, afectando la salud de la población aledaña.
- Contaminación atmosférica: provocado por el ruido, el mal olor que generan un ambiente poco soportable para los pobladores.
- Contaminación de suelos: provocado por derrame de líquidos tóxicos, de los derivados del combustible fósil, materiales de la industria, dejando estéril la tierra por mucho tiempo e incluso por tiempo indefinido.
- Problema paisajístico y riesgo: la acumulación de los residuos en lugares inadecuados altera el paisaje, generan contaminación visual y representan un riesgo a la salud.
- Deterioro de la salud mental: como efecto de la contaminación en general.

MARCO CONCEPTUAL

Turismo rural comunitario

Hace referencia a toda actividad turística de convivencia e interacción que se realiza en el sector rural, de forma planeada y sostenible, con participación de sus pobladores organizados que muestran sus expresiones sociales, culturales y productivas cotidianas en beneficio de la comunidad, siendo como producto turístico la cultura rural.

Gestión turística

Su objeto de estudio es la administración, creación, fomento y desarrollo de empresas de servicios turísticos basado en la capacidad de comprender y analizar el entorno económico, social, y ambiental de la actividad turística.

Servicios turísticos

Son el conjunto de actividades de prestación de servicios personales que son para la satisfacción de las necesidades y deseos del turista, entre ellos están: el hospedaje, nutrición alimenticia, espacios de recreación, organización de viajes, información turística

y otros.

2.2.4. Desarrollo sostenible

Es el desarrollo que satisface necesidades y comparte justicia y equidad, garantizando el equilibrio de los tres componentes del desarrollo sostenible: el desarrollo económico, bienestar social, y la protección del medio ambiente.

2.2.5. Desarrollo económico

Es la capacidad que tiene un país de generar riqueza, bienestar económico y social, lo cual debe ser reflejado en la calidad de vida de los habitantes de su territorio, con una secuencia de transformaciones estructurales en aspecto económico y social.

Calidad de vida

La calidad de vida se refiere a los niveles de generalidad desde el bienestar social, comunitario, hasta aspectos de carácter personal y grupal, como consecuencia de las políticas gubernamentales educativas, económicas, sociales y ambientales.

Desarrollo social

Es la evolución y mejora de las condiciones de vida de una sociedad, se convierte fundamentalmente en la calidad de vida de la población en convivencia pacífica armoniosa entre los individuos, e instituciones que conforman una nación.

Impacto social

Son los beneficios emocionales y económicos que implica de manera directa o indirecta en una comunidad o sociedad a raíz de decisiones políticas sostenidas por el gobierno local, regional o nacional.

Medioambiente

El medio ambiente es el conjunto de bienes naturales, culturales y sociales que existen en un determinado espacio y la interrelación activa y dialéctica en forma permanente entre sí, es decir los elementos bióticos y abióticos, permitiendo su desarrollo y supervivencia, en permanente adaptación por los cambios y consecuencia de la actividad humana.

EXPOSICIÓN Y ANÁLISIS DE RESULTADOS

PRESENTACIÓN DE RESULTADOS

Primero, se hizo recopilación de Información mediante la técnica del test, la aplicación del test de Likert en la muestra, dirigidos a los turísticos nacionales y extranjeros, y a los emprendedores en actividades turísticas; debido a que son ellos quienes contestaron las preguntas del test.

En segundo lugar, se procesó los datos, se realizó la tabulación respectiva para luego ajustar los datos: En esta etapa se han ordenado y seleccionado los datos obtenidos, los cuales se presentan más adelante mediante tablas y gráficos estadísticos.

INTERPRETACIÓN Y ANÁLISIS

Los resultados, ilustrados en tablas y gráficos estadísticos, se interpretan y se analizan detalladamente. Igualmente se realiza la prueba de hipótesis a través de estadígrafo inferencial X^2 procesado en el software SPSS v.23. Al final, se expresa la discusión de resultados.

Resultado general de de la variable independiente: Turismo rural comunitario de la Región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	23	5,9
En desacuerdo	27	7,1
Poco de acuerdo	126	32,8
De acuerdo	159	41,4
Totalmente de acuerdo	49	12,8
Total	400	100

Tabla 3: Distribución de frecuencias del turismo rural comunitario en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados - Elaboración propia

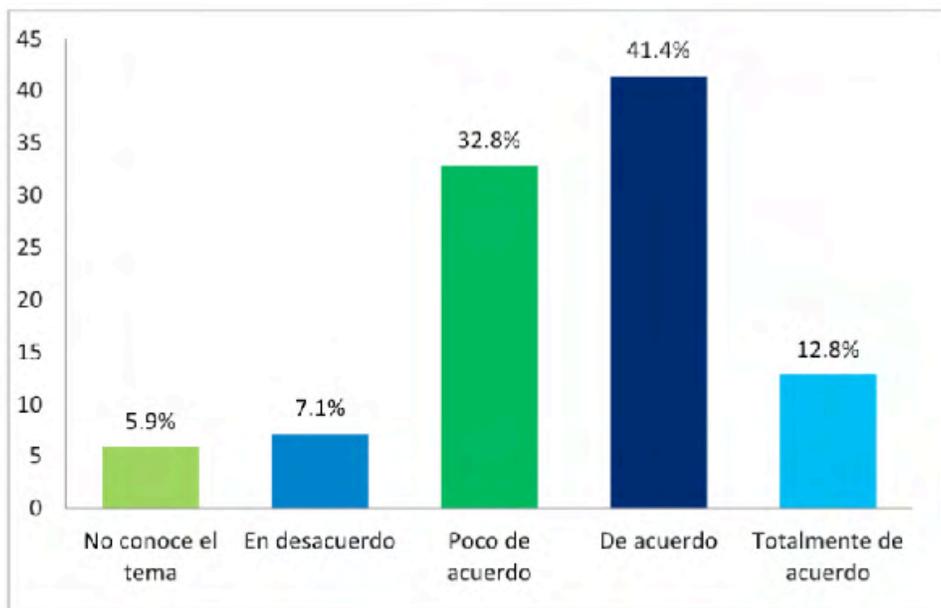


Gráfico 1: Distribución porcentual del turismo rural comunitario de la región Puno.

Fuente: Tabla 3

Del total de la muestra, el 41,4% de los turistas nacionales y extranjeros está de acuerdo con la gestión y los servicios turísticos. Mientras que el 32,8% está poco de acuerdo con el hecho. Los otros resultados evidencian que el 12,8% está totalmente de acuerdo; el 7,1% que está en desacuerdo; y un 5,9% no conoce el tema. De los resultados deducimos, por una parte, que, el 54,2% de la muestra está satisfecho con el servicio turístico ofrecido por los emprendedores dedicados al turismo rural comunitario de la región Puno. Por otra, que el 32,8% está de acuerdo en alguna manera con los servicios en dicho sector. Lo anterior significa que los líderes de las asociaciones y agencias turísticas deben ayudar a superar las debilidades, por ejemplo, mejorar la calidad del servicio y la gestión para obtener mayores beneficios que las actividades turísticas rural-comunitarias generan.

Resultados de los factores observables de la dimensión gestión turística en la región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	25	6,5
En desacuerdo	33	8,6
Poco de acuerdo	139	36,2
De acuerdo	152	39,6
Totalmente de acuerdo	35	9,1

Tabla 4: Distribución de frecuencias de la gestión turística en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

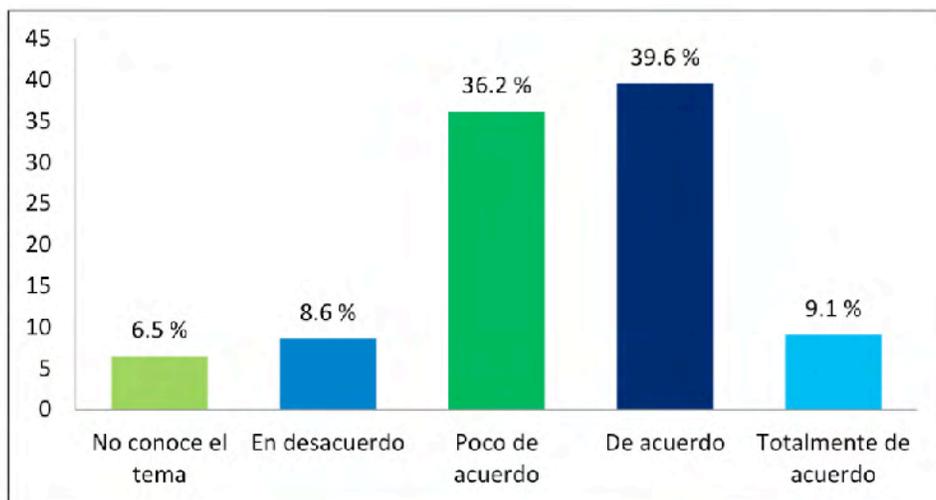


Gráfico 2: Distribución porcentual de la gestión turística en la región Puno.

Fuente: Tabla 4

Los resultados señalan que, del total de la muestra, el 39,6% de los turistas nacionales y extranjeros están de acuerdo con la gestión turística que se desarrolla en el sector turismo rural comunitario. En cambio, el 36,2% de los encuestados solo está poco de acuerdo. Otros resultados muestran que, el 8,6% en desacuerdo y el 6,5% no conoce el tema. Por el contrario, el 9,1% está totalmente de acuerdo con la gestión turística. Lo anterior significa que 48,7% ha percibido positivamente el proceso de planeación, organización, dirección y control en beneficio del turista nacional y extranjero, es decir menos de la mitad de la muestra percibe positivamente la gestión de los procesos en el turismo rural comunitario, de su orientación al cliente, de su mejora continua, de la búsqueda permanente de lograr la satisfacción de los turistas. Entonces se necesita mejorar la gestión de la calidad, la forma de dirigir todas las actividades en este sector, a través de las cuales se alcanza la calidad de los servicios, o lo que es lo mismo, se logra la aptitud para la satisfacción de los turistas nacionales y extranjeros.

Resultados de los factores observables de la dimensión servicios turísticos en la región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	20	5.2
En desacuerdo	21	5.5
Poco de acuerdo	114	29.7
De acuerdo	166	43.2
Totalmente de acuerdo	63	16.4
Total	400	100.0

Tabla 5: Distribución de frecuencias de servicios turísticos en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

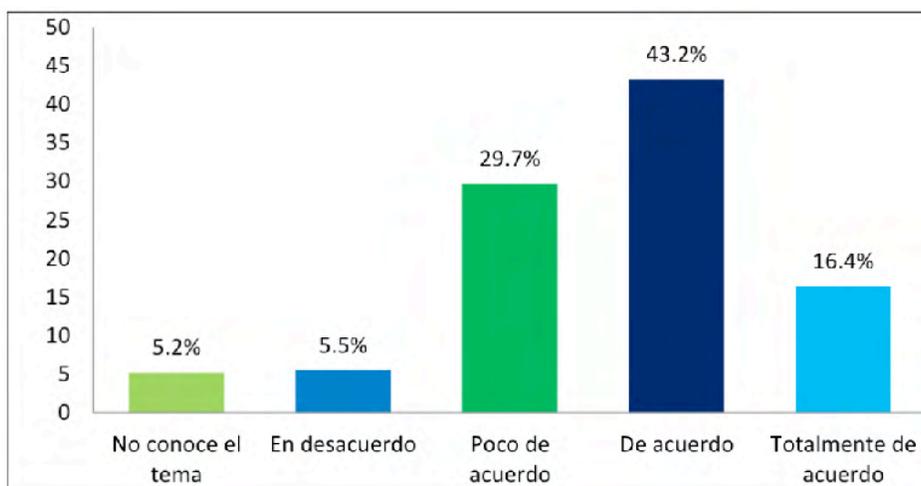


Gráfico 3: Distribución porcentual de los servicios turísticos en la región Puno.

Fuente: Tabla 5

De 384 muestras, el 43,2% está de acuerdo con el servicio turístico que ofrecen las asociaciones de emprendedores del turismo rural comunitario de la región Puno, y el 16,4% está totalmente de acuerdo. No obstante, el 29,7% indica estar poco de acuerdo y el 5,5% está en desacuerdo. A partir de estos resultados se deduce que la percepción del 59,6% del total de turistas nacionales y extranjeros que han visitado los establecimientos rurales de la región Puno, es positiva en cuanto se refiere al servicio turístico. Es decir, las labores de los turísticos que se desarrollan en áreas rurales resulten interesantes para los residentes de las grandes urbes y las otras regiones del Perú que visitan la localidad o los establecimientos rurales; donde las asociaciones de emprendimiento turístico ofrecen

conocer lugares turísticos, hospedaje, alimentación, transporte, información y guía turística.

Resultado general de la variable dependiente: Desarrollo sostenible que genera la actividad turística en la región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	11	9.1
En desacuerdo	21	17.4
Poco de acuerdo	32	26.4
De acuerdo	32	26.4
Totalmente de acuerdo	25	20.7
Total	121	100.0

Tabla 6: Distribución de frecuencias del desarrollo sostenible que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

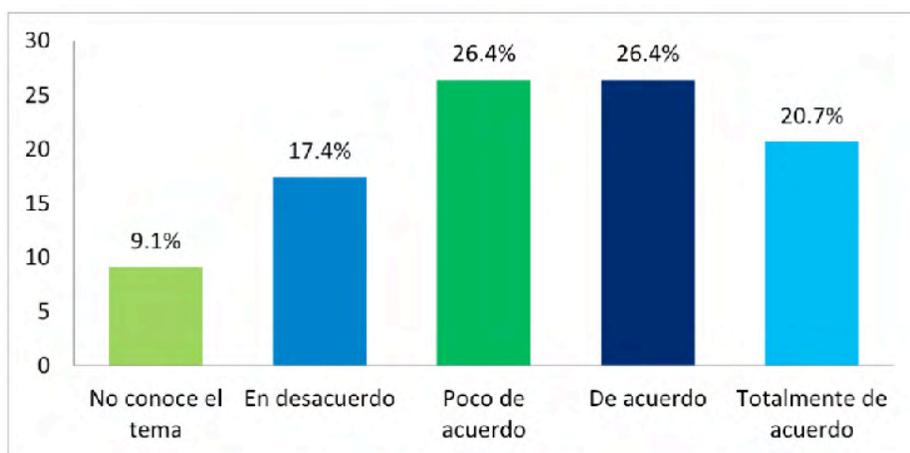


Gráfico 4: Distribución porcentual del desarrollo sostenible que genera la actividad turística de la región Puno.

Fuente: Tabla 6

Como consecuencia del procesamiento de datos de la encuesta aplicada, podemos afirmar que, del total de la muestra constituida por 121 emprendedores distribuidos en asociaciones 24 asociaciones, el 26.4% está de acuerdo con el desarrollo sostenible de las comunidades turísticas dedicada al servicio de turismo rural comunitario, pertenecientes a las localidades Llachón, Amantani, Taquile, Uros y Ccotos. En tanto, un porcentaje igual de 26.4% está poco de acuerdo; el 20.7% está totalmente de acuerdo, y el 17.4% está en desacuerdo. Por último, el 9.1% no conoce el tema. Estos resultados permiten

explicar, que, si bien la actividad turística genera desarrollo económico, social y ambiental de la comunidad turística, estas no benefician equitativamente a todos los miembros de las asociaciones que están directamente vinculados a las actividades turísticas. Esto se deduce porque solo el 47.1% afirma que es positivo el desarrollo sostenible.

Resultados de los factores observables de la dimensión desarrollo económico que genera la actividad turística en la región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	14	11
En desacuerdo	28	21,5
Poco de acuerdo	37	26,5
De acuerdo	24	25
Totalmente de acuerdo	18	16
Total	121	100

Tabla 7: Distribución de frecuencias del impacto del desarrollo económico que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

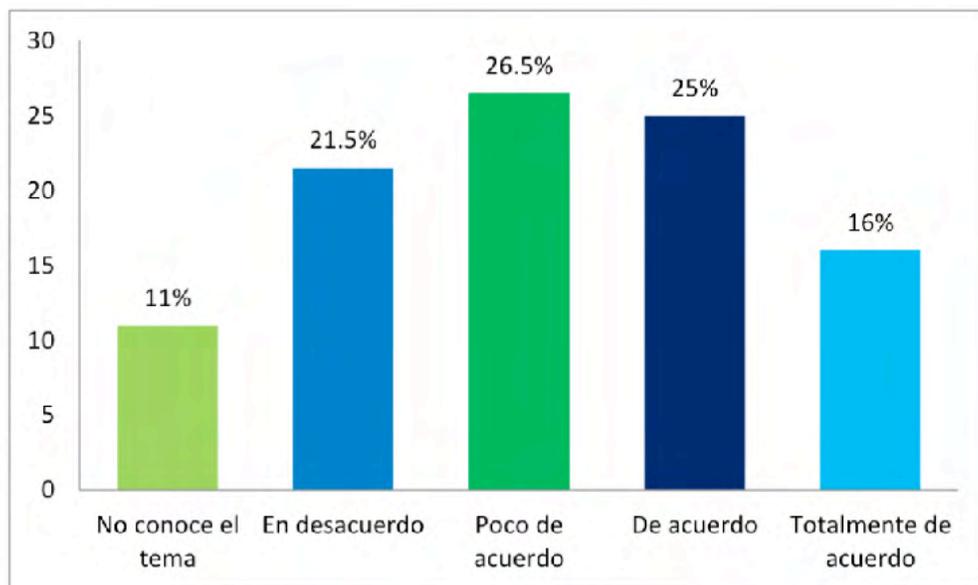


Gráfico 5: Distribución porcentual del impacto del desarrollo económico que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Tabla 7

Los resultados estadísticos nos demuestran que, el 26,5% de los emprendedores miembros de las asociaciones dedicadas al turismo rural comunitario están poco de acuerdo con el desarrollo económico, y el 21,5% está en desacuerdo. Asimismo, se tiene el 25% de los pobladores que está de acuerdo con el desarrollo económico y el 16% que está totalmente de acuerdo. Los resultados demuestran que el 41% de las asociaciones se benefician significativamente de la actividad económica que genera el turismo rural comunitario, lo cual les permite mejorar su calidad de vida, es decir 4 de cada 10 tiene un empleo de acuerdo a sus expectativas, asimismo que los ingresos fiscales de la asociación son los esperados. Pero, como se puede observar más de la mitad, el 48% no se beneficia del ingreso fiscal en la medida de lo esperado; en todo caso, es una fuente de ingreso que les permite la subsistencia.

Resultado general de la dimensión: Desarrollo social que genera la actividad turística en la región Puno

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	3	2.5
En desacuerdo	10	8.3
Poco de acuerdo	25	20.7
De acuerdo	42	34.7
Totalmente de acuerdo	41	33.8
Total	121	100.0

Tabla 8: Distribución de frecuencias del impacto de desarrollo social que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

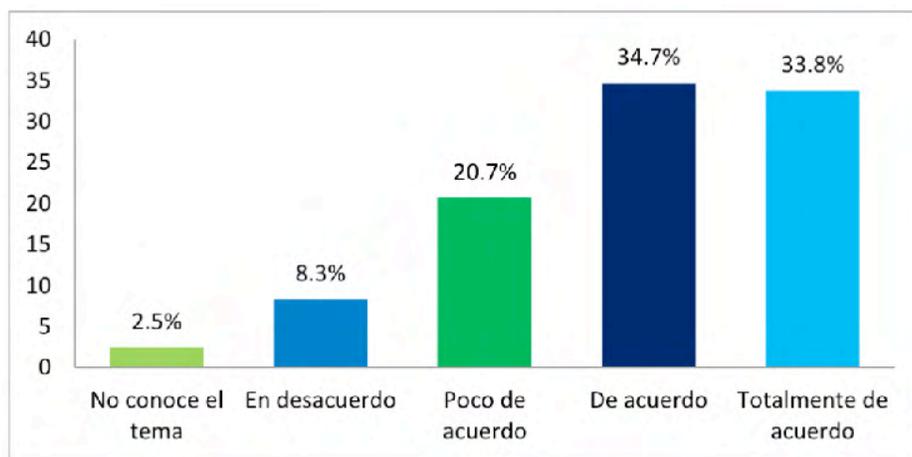


Gráfico 6: Distribución porcentual del impacto del desarrollo social que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Tabla 8

Con respecto a la dimensión social del desarrollo sostenible, apreciamos que, el 34.7% de los asociados en las organizaciones rurales dedicadas al turismo rural comunitario está de acuerdo con el desarrollo social. Inclusive se observa que, el 33.8% de los encuestados afirman estar totalmente de acuerdo. No obstante, el 20.7% está poco de acuerdo, y el 8,3% en desacuerdo. A partir de estos resultados se deduce que el 68.5% considera al turismo rural comunitario como beneficiosa en el factor desarrollo social, es decir, la visita y permanencia temporal del turista nacional y extranjero tiene un impacto social en los pobladores de las comunidades turísticas. Impacto que se ve reflejado para la mejora de condiciones de vida, en varios sectores, tales como. Educación, salud, vivienda, nutrición, sectores vulnerables, empleo y seguridad social. Implica también la disminución del nivel de la pobreza y desigualdad en el ingreso económico.

Resultado general de la dimensión: impacto del medio ambiente que genera la actividad turística en la región Puno.

Categorías	Frecuencia	Porcentaje
No conoce el tema	17	14.1
En desacuerdo	24	19.8
Poco de acuerdo	33	27.3
De acuerdo	31	25.6
Totalmente de acuerdo	16	13.2
Total	121	100.0

Tabla 9: Distribución de frecuencias del impacto del medio ambiente que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Datos recopilados

Elaboración propia

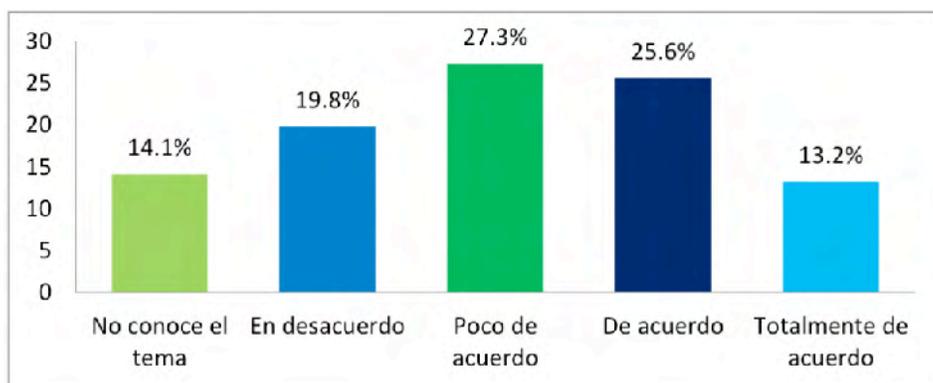


Gráfico 7: Distribución porcentual del impacto del medio ambiente que genera la actividad turística en la región Puno.

Fuente: Tabla 9

En materia ambiental, el 27.3% de la muestra está poco de acuerdo con el impacto ambiental que genera la presencia de turistas nacionales y extranjeros en los lugares

turísticos que ofrece determinada asociación. Aunque, el 25.6% afirma estar de acuerdo y un 13.2% está totalmente de acuerdo. Pero hay un 19.8% que está en desacuerdo, y 14.1% dice no conocer el tema. Entonces, se aprecia que, el 47.1% percibe la biodiversidad del medio ambiente como un ámbito trastocado negativamente por el turismo rural comunitario. Es decir, la visita o presencia de turistas nacionales y extranjeros genera incremento de residuos sólidos que hace que lo ecológico sea menos soportable para sus habitantes y que la actividad económica se realice siempre que sea viable ecológicamente. Además, se deduce la existencia de preocupación por tener en cuenta tanto el crecimiento del aspecto económico y la reducción del nivel de pobreza siempre que exista estabilidad y diversidad del medio ambiente.

COMPROBACIÓN DE LAS HIPÓTESIS

Planteamiento de la hipótesis general

H₁: El turismo rural comunitario incide directamente en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018.

$$(H_0 : \beta \neq 0)$$

H₀: El turismo rural comunitario no incide en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018.

$$(H_0 : \beta = 0)$$

ANOVA^a

	Modelo	Suma de cuadrados	gl	Media cuadrática	F	Sig.
1	Regresión	16.037	1	16.037	52.702	0.000 ^b
	Residuo	36.211	119	0.304		
	Total	52.248	120			

Tabla 10: Regresión lineal simple: Anova

a. Variable dependiente: Turismo rural comunitario

b. Predictores: (Constante), Desarrollo sostenible

Coefficientes^a

Modelo B	Coeficientes no estandarizados		Coeficientes estandarizados	t	Sig.
	Error estándar	Beta			
(Constante)	1.145	0.194		5.905	0.000
1 Desarrollo sostenible	0.669	0.092	0.554	7.260	0.000

Tabla 11: Regresión lineal simple: coeficiente

a. Variable dependiente: Turismo rural comunitario

Pruebas de chi-cuadrada

	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado-de-Pearson	55.676 ^a	6	0.000
Razón-de-verosimilitud	47.653	6	0.000
Asociación-lineal-por-lineal	36.833	1	0.000
N de casos válidos	121		

Tabla 12: Prueba de χ^2 : Hipótesis general

Fuente: Matriz de tabulación de datos de las variables.

a. 6 casillas (50%) se ha esperado un recuento menor que 5. El cálculo mínimo esperado es ,53.

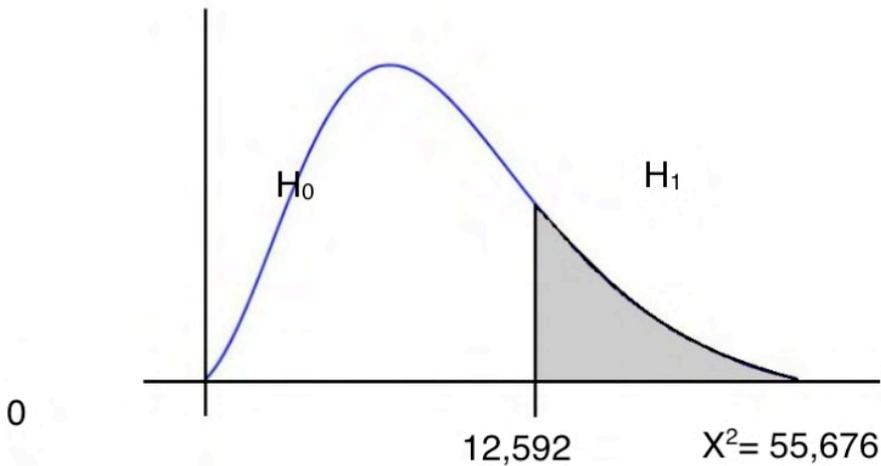


Gráfico 08: Función de distribución χ^2 : hipótesis general

Fuente: Tabla N° 12

Siendo la distribución de χ^2 : $\chi^2 \geq X_c^2$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

De las tablas 08, 09 y 10, se observa que el valor $p = 0.000$. El coeficiente de regresión lineal simple es muy significativo al nivel del 5%.

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha = 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha = 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia ,000 menor a 0,05%, con grados de libertad 6 según la tabla de valores de X^2_c tenemos un valor límite de 12,592; y según el análisis realizado tenemos un valor de x^2 55,676 que es mayor al valor límite. Permite decidir que el resultado obtenido está dentro de la zona de aceptación, permitiendo decidir que se rechaza la H_0 y se acepta la H_1 , hipótesis general de investigación. Entonces, la variable independiente (turismo rural comunitario) incide positiva y directamente en la variable dependiente (desarrollo sostenible) de la región Puno.

Planteamiento de la hipótesis específica 1

H_1 : Existe incidencia directa y positiva de la gestión turística en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta \neq 0$)

H_0 : No existe incidencia directa positiva de la gestión turística en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta = 0$)

Pruebas de chi-cuadrada			
	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado de Pearson	47,402 ^a	8	,000
Razón de verosimilitud	42,311	8	,000
Asociación lineal por lineal	34,336	1	,000
N° de casos válidos	121		

Tabla 13: Prueba de x^2 : hipótesis específica 1

Fuente: Matriz de tabulación de datos.

a. 8 casillas (53,3%) han esperado un cálculo menor que 5. El cálculo mínimo esperado es ,13.

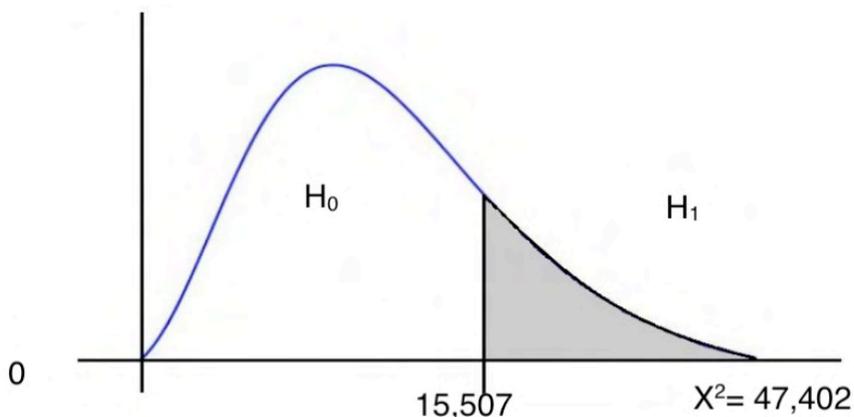


Gráfico 09: Función de distribución χ^2 : hipótesis específica 1

Fuente: Tabla N° 13

Siendo la distribución de χ^2 :

$\chi^2 \geq X_c^2$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha < 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha \geq 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia ,000 menor a_0,05%, con grados de libertad 8 según la tabla de valores de χ^2_c tenemos un valor límite de 15,507; y según el análisis realizado tenemos un valor de $\chi^2 = 47,402$ mayor a χ^2_c . Permite decidir que se rechaza la H_0 y se acepta la H_1 , hipótesis específica 1; o sea, la gestión turística incide en el desarrollo sostenible.

Planteamiento de la hipótesis específica 2

H_1 : El nivel de incidencia de los servicios turísticos en el desarrollo sostenible es directa de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta \neq 0$)

H_0 : No existe incidencia de los servicios turísticos en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta = 0$)

Pruebas de chi-cuadrada

	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado_de_Pearson	73.699 ^a	6	0.000
Razón_de_verosimilitud	63.543	6	0.000
Asociación_lineal_por_lineal	46.729	1	0.000
N de_casos_válidos	121		

Tabla 14: Pruebas de χ^2 : hipótesis específica 2

Fuente: Matriz de tabulación de datos.

a. 4 casillas (33,3%) han esperado un cálculo menor que 5. El cálculo mínimo esperado es 1,06.

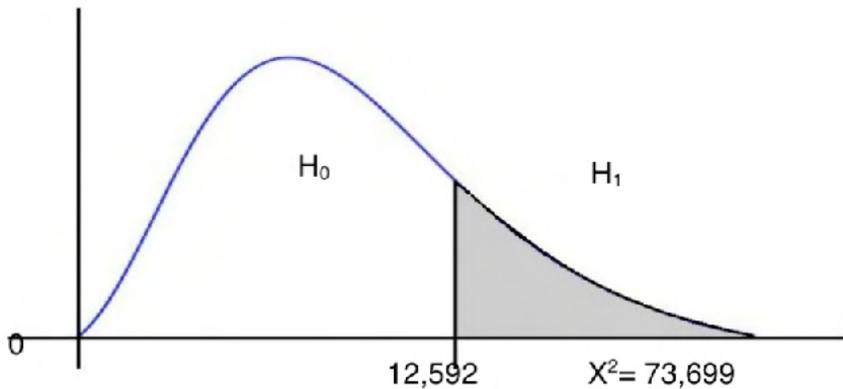


Gráfico 10: Función de distribución χ^2 : hipótesis específica 2

Fuente: Tabla N° 14

Siendo la distribución de χ^2 :

$\chi^2 \geq \chi^2_c$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha < 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha \geq 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia 0.000 menor a 0.05%, con grados de libertad 6 según la tabla de valores χ^2 de tenemos un valor límite de 12.592; y según el análisis realizado tenemos un valor de χ^2 73,699. Permite decidir que el resultado obtenido está dentro de la zona de aceptación, esto es que se rechaza la H_0 y se acepta la H_1 , hipótesis específica 2.

Planteamiento de la hipótesis específica 3

H_1 : El turismo rural comunitario tiene una incidencia directa y positiva en el desarrollo económico de la región Puno, 2018

H_0 : El turismo rural comunitario no incide en el desarrollo económico de la región Puno.

Pruebas de chi-cuadrada			
	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado de Pearson	58,342 ^a	6	,000
Razón de verosimilitud	64,516	6	,000
Asociación lineal por lineal	46,241	1	,000
N de casos válidos	121		

Tabla 15: Pruebas de χ^2 : hipótesis específica 3

a. 6 casillas (50,0%) han esperado un recuento menor que 5. El recuento mínimo esperado es 1,09.

Fuente: Matriz de tabulación de datos.

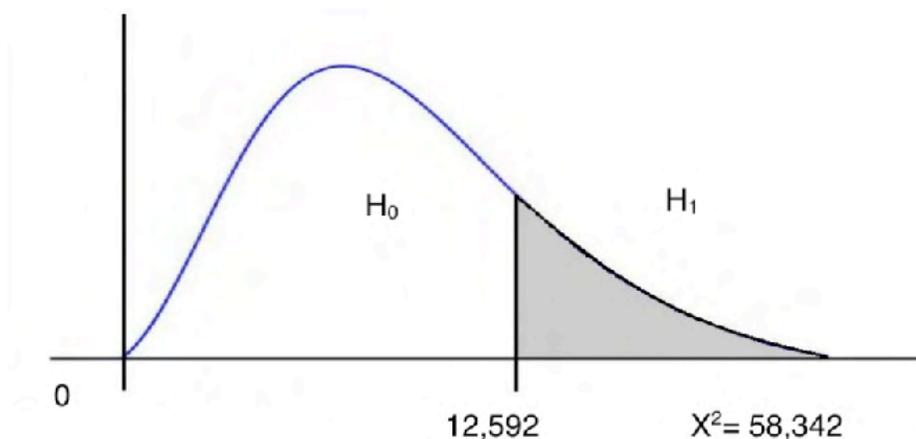


Gráfico 11: Función de distribución : hipótesis específica 3

Fuente: Tabla N° 15

Siendo la distribución de χ^2 :

$\chi^2 \geq \chi^2_c$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha < 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha \geq 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia 0.000 menor a 0.05%, con grados de libertad 6 según la tabla de valores de χ^2 tenemos un valor límite de 12.592; y según el análisis realizado tenemos un valor de $\chi^2 = 58.342$. Según el resultado obtenido está dentro de la zona de aceptación, permitiendo decidir que se rechaza la H_0 y se acepta la H_1 , hipótesis específica 3: El turismo rural comunitario incide directamente en el desarrollo económico.

Planteamiento de la hipótesis específica 4

H_1 : Existe una incidencia directa y positiva del turismo rural comunitario en el desarrollo social de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta \neq 0$)

H_0 : No existe incidencia directa y positiva del turismo rural comunitario en el desarrollo social de la región Puno, 2018.

Pruebas de chi-cuadrada

	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado de Pearson	45,411 ^a	9	,000
Razón de verosimilitud	53,195	9	,000
Asociación lineal por lineal	27,444	1	,000
N de casos válidos	121		

Tabla 16: Pruebas de χ^2 : hipótesis específica 4

a. 10 casillas (62,5%) han esperado un recuento menor que 5. El recuento mínimo esperado es ,33.

Fuente: Matriz de tabulación de datos.

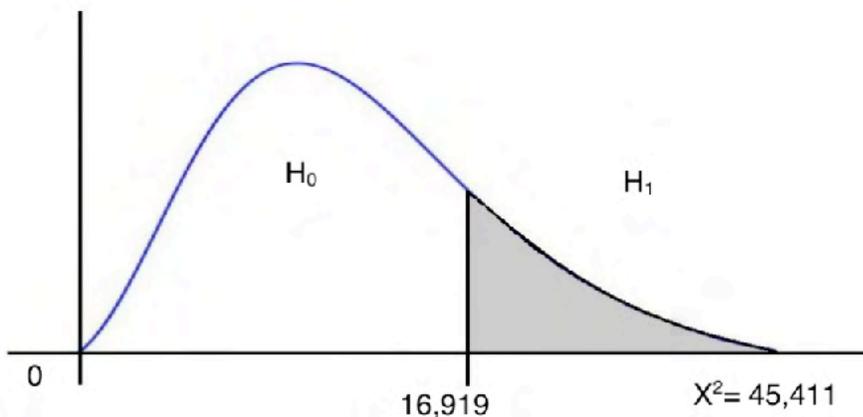


Gráfico 12: Función de distribución χ^2 : hipótesis específica 4

Fuente: Tabla N° 16

Siendo la distribución de Chi²:

$\text{Chi}^2 \geq X^2_c$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha < 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha \geq 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia ,000 menor a 0,05%, con grados de libertad 9 según la tabla de valores de χ^2 tenemos un valor límite de 16,919; y según el análisis realizado tenemos un valor de χ^2 45,411. De acuerdo a estos resultados obtenidos se rechaza la H_0 y se acepta la H_1 , hipótesis específica 4; con esto se decide que la variable independiente-turismo rural comunitario incide directamente y positivamente en la variable dependiente-el desarrollo social de la región Puno.

Planteamiento de la hipótesis específica 5

H₁: Existe incidencia directa y positiva del turismo rural comunitario en la protección del medio ambiente de la región Puno, 2018. ($H_0 : \beta \neq 0$)

H₀: No existe incidencia directa y positiva del turismo rural comunitario en la protección del medio ambiente de la región Puno, 2018 ($H_0 : \beta = 0$)

Pruebas de chi-cuadrada			
	Valor	df	Significación asintótica (bilateral)
Chi-cuadrado de Pearson	39,158 ^a	9	,000
Razón de verosimilitud	42,777	9	,000
Asociación lineal por lineal	31,487	1	,000
N de casos válidos	121		

Tabla 17: Pruebas de χ^2 : hipótesis específica 5

a. 10 casillas (62,5%) han esperado un recuento menor que 5. El recuento mínimo esperado es ,03.

Fuente: Matriz de tabulación de datos.

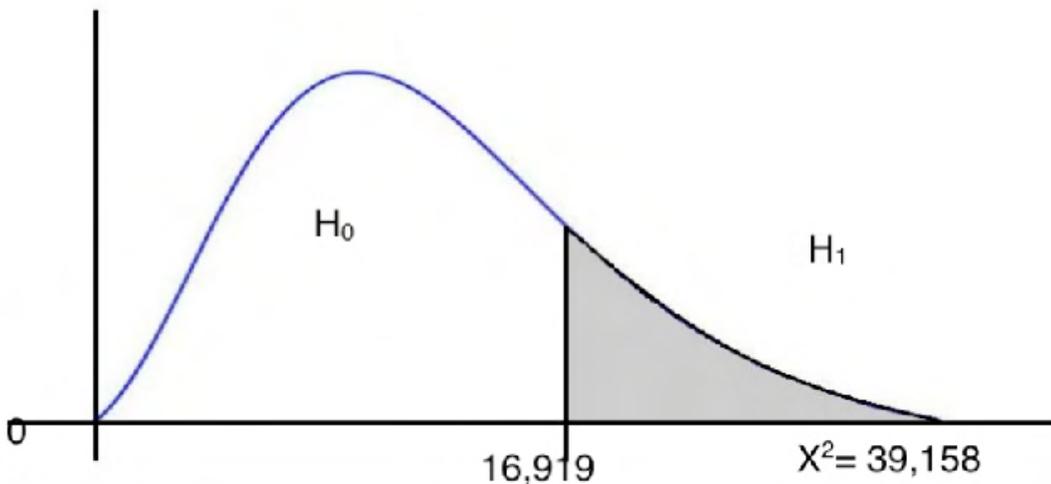


Gráfico 13: Función de distribución χ^2 : hipótesis específica 5

Fuente: Tabla N° 17

Siendo la distribución de Chi²:

$\text{Chi}^2 \geq X_c^2$ se rechaza la H_0

Nivel de significancia:

$\alpha = 0,05$. Se ha trabajado con un 5% de error y un 95% de confianza.

$\alpha = 0,05$ se rechaza la H_0

$\alpha = 0,05$ no se rechaza la H_0

Decisión

Con un nivel de significancia ,000 menor a 0,05%, con grados de libertad 9 según la tabla de valores de X^2 tenemos un valor límite de 16,919; y según el análisis realizado tenemos un valor de X^2 39,158. Permite decidir que se rechaza la hipótesis de independencia H_0 y se acepta la hipótesis de investigación H_1 , hipótesis específica 5; es decir, el turismo rural comunitario incide directa y positivamente en la protección del medio ambiente de la región Puno.

DISCUSIÓN DEL ESTUDIO

La investigación de Huertas (2019) muestra que todos los territorios se pueden convertir en destinos turísticos, y mediante el turismo rural comunitario se puede impulsar en los procesos de construcción de la paz con el objetivo de lograr el desarrollo humano sostenible. En el estudio se probó la hipótesis que existe repercusión del turismo rural comunitario en el desarrollo sostenible de la región Puno. Por lo tanto, en ambas investigaciones existen implicancias, relación de causalidad entre las variables de estudio:

turismo_rural comunitario y desarrollo_sostenible.

La tesis de Combariza (2012), “El turismo rural como estrategia de desarrollo sostenible: caso municipio de La Mesa (Cundinamarca)”, revela la inexistencia de una forma de turismo rural comunitario que está claramente delimitado y que el modelo del turismo que se realizaba en dicho ámbito venía contribuyendo al desarrollo sostenible de sus pobladores de manera general. Al respecto, en esta tesis, de acuerdo a la percepción de los turistas nacionales y externos, únicamente el 48,7% percibe como positiva los procesos de: planeación, organización, dirección y control en la gestión de turismo rural comunitario de la región Puno, 2018. Esto quiere decir que el sistema no es eficiente, es decir no es generalizada, no obstante, se observa que influye en el desarrollo sostenible.

Garduño, Guzmán y Zizumbo (2009) exponen lo ocurrido con la realidad con respecto a la participación de los pobladores en actividades involucrada con el turismo rural comunitario aprovechando los recursos naturales y culturales que existen en el ámbito. Analiza la participación de los campesinos de comunidades en el turismo rural impulsado por programas del Estado para disminuir la pobreza y marginación en zonas rurales. En efecto, en esta investigación se comprueba la hipótesis que el turismo rural comunitario influye en la conservación del medio ambiente. El ambiente geográfico es aprovechado por las comunidades turísticas de la región Puno y presentado como atractivos turísticos: Sin embargo, el 47,1% de los pobladores de los lugares turísticos de la región Puno perciben a la biodiversidad como trastocado negativamente por el turismo rural comunitario, aunque se observa la existencia de un impacto positivo en lo socioeconómico.

Aparicio (2013) analiza los efectos de la calidad de servicio que tiene importancia en los productos turísticos sostenibles. El reto de la apertura al turismo es lograr la integración entre la preservación del territorio, la calidad de servicio y la satisfacción de los turistas visitantes. En esta perspectiva, esta investigación mide el efecto que tiene el servicio turístico en el desarrollo sostenible de la región Puno, y lo que se determina es la existencia de una influencia directa, lo cual implica que el servicio turístico, satisface en gran medida, las expectativas del turista.

CONCLUSIONES

En la prueba de hipótesis general el valor p resulta: $p = 0,00$ con un nivel de significancia $\alpha = 0,05$, siendo $p < 0,05$, por lo tanto, se demuestra que el turismo rural comunitario influye directamente en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018 (tabla 10; 11 y 12). Las asociaciones y agencias turísticas cuando se centran en la mejora de la calidad de servicio y la gestión para obtener mayores beneficios que las actividades turísticas rural-comunitarias generan efectos significativos en el desarrollo social, ambiental y económico de la comunidad.

El 48,7% de los turistas nacionales y extranjeros tienen una percepción positiva de la planeación, organización, dirección y control del turismo rural comunitario, y esta gestión turística influye en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2019. Se demuestra con la prueba de hipótesis específica 2 con valor $p = 0,00$ siendo $p < 0,05$ (tabla N° 13).

La percepción del 59,6% de turistas nacionales y extranjeros que visitan los establecimientos de las asociaciones de turismo rural de la región Puno, es positiva. El servicio turístico satisface, en gran medida, las expectativas del turista, y este hecho influye en el desarrollo sostenible de la región Puno, 2018; sobre todo, en el factor económico y social, tal como queda demostrada con la prueba de hipótesis específica 3 con valor $p = 0,00$ siendo $p < 0,05$ (tabla N° 14).

El 54,2% de los turistas nacionales y extranjeros aprueban el turismo rural comunitario que se realiza de la región Puno, que tiene directa repercusión en el desarrollo económico de los emprendedores de la comunidad. Lo que se corrobora con el resultado de la contrastación de hipótesis con valor $p = 0,00$ siendo $p < 0,05$ (tabla N° 15).

El turismo rural comunitario es bien visto por los turistas nacionales e internacionales (tabla N° 01) y tiene directa repercusión en el desarrollo social de la región Puno. Hay impacto social importante en el mejoramiento de los niveles y condiciones de vida, la reducción de la pobreza, la educación. Tal como queda corroborada por la prueba de hipótesis con valor $p = 0,00$ siendo $p < 0,05$ (tabla N° 16).

El turismo rural comunitario incide en la protección del medio ambiente de la región Puno; no obstante, en este caso, se puede apreciar que el 47.1% percibe la biodiversidad del medio ambiente como un ámbito trastocado negativamente por el turismo rural comunitario (tabla N° 07). Lo que se demuestra con la prueba de hipótesis con valor $p = 0,00$ siendo $p < 0,05$ (tabla N° 17).

REFERENCIAS

Almandoz, A. (2008). Despegues sin madurez: Urbanización, industrialización y desarrollo en la Latinoamérica del siglo XX. *EURE*. Santiago, Chile. 34(102), pp. 61-76.

Barrera, I. (2018). *Metodología de evaluación de la sostenibilidad urbana a partir del análisis de las características climáticas y del medio físico construido*. [Tesis doctoral]. Universidad Politécnica de Catalunya. Barcelona, España. Repositorio institucional <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/118004>

Barrera, E. & Muratore, N. (2003). *Turismo rural en Latinoamérica. Casos y Experiencias de Turismo Rural. Material preparado para el curso a distancia: "Curso de gestión de empresas y proyectos de turismo rural."* Universidad del País Vasco. España. Recuperado de: <https://scholar.google.com/scholar>

Blanco, M. & Riveros, H. (2010). El agroturismo como diversificación de la actividad agropecuaria y agroindustrial. *IICA, Desarrollo de los agronegocios y la agroindustria rural en América Latina y el Caribe: Conceptos, instrumentos y casos de cooperación técnica (págs. 21-29)*. San José: Autor.

Bodenheimer, S. (2000). *Dependency and Imperialism: The roots of Latin American underdevelopment*. New York: NACLA.

Boullón, R. & Boullón, D. (2008). *Turismo rural: un enfoque global*. Trillas.

Cabrini, L. (2002). *Turismo, desarrollo rural y sostenibilidad* (No. AGROTURISMO). Organización Mundial del Turismo.

Cedeño, M. (2018). Actitudes de los visitantes en áreas rurales en Ecuador: caso de estudio Mindo. *Tendencias de Investigación en Turismo en América Latina. Estudios de caso Editoras: Andrea Muñoz Barriga, Maribel Osorio y Gabriela Guijarro, 77*.

Combariza, J. (2012). El turismo rural como estrategia de desarrollo sostenible: caso municipio de La Mesa (Cundinamarca). *Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Agronomía. Escuela de Postgrados. Bogotá*.

Comisión Nacional de Derechos Humanos (1986). Constitución del Consejo Nacional de Derechos Humanos. Recuperado de <https://www.minjus.gob.pe/cnddhh/>

Collantes, D. & Carpio, M. (2019). Marketing Turístico para incrementar el posicionamiento local del Hotel Suites Don Juan en la ciudad de Milagro (Bachelor's thesis).

Di Tella, T. S., Camou, A. A. M., Chama, M. S., & Torti, M. C. (2009). Sociología y política en la conformación de un itinerario intelectual: Entrevista a Torcuato S. Di Tella. *Cuestiones de sociología*, (5/6).

Farthing, L. (2006). Desafíos de un turismo controlado por la comunidad: el caso de la Isla Taquile, Perú. *La ruta andina: Turismo y desarrollo sostenible en Perú y Bolivia*.

Flores, H., Arcaya, L. & Mendoza, M. (1992). *La Organización Comunal y el Turismo en Taquile*. Tesis para optar el título profesional de turismo en la Facultad de Ciencias Sociales, Carrera Profesional de Turismo de la Universidad Nacional del Altiplano Puno, Perú.

Garduño, M., Guzmán, C. & Zizumbo, L. (2009). *Turismo rural: Participación de las comunidades y programas federales*. (Artículo científico). Recuperado de: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026276>.

Gascón, J. (2011). *Turismo rural comunitario y diferenciación campesina. Consideraciones a partir de un caso andino*. (Artículo científico): Recuperado de: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=50262>.

Gallopín, G. C. (2003). Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico. CEPAL.

Gobierno Regional Puno (2008), *Plan de desarrollo regional concertado al 2021*. Puno: Gerencia Regional de Planeamiento, Presupuesto y Acondicionamiento Territorial del Gobierno Regional Puno. Recuperado de:

http://www.regionpuno.gob.pe/descargas/presupuestoparticipativo/consolidado_plan_concertado_2021.pdf

Habermas, J. (2008). El resurgimiento de la religión, ¿un reto para la autocomprensión de la modernidad? *Diánoia*, 53(60), 3-20.

Huatuco, G. (2007). *Efecto de una experiencia de organización del turismo rural en la comunidad de Llachon distrito de Capachica, departamento de Puno 1999-2006* (Doctoral dissertation, tesis para optar el Título de Licenciada en Administración de Turismo en la Universidad Mayor de San Marcos. Lima).

Huertas, (2019). *Turismo rural comunitario como una propuesta metodológica de innovación social para comunidades en conflicto. Caso Montes de María*. (Tesis para obtener el grado académico de Doctora en Turismo, Derecho y Empresa). Universidad de Gerona, España.

Levy, D. (1997). El liderazgo institucional y su papel en la reforma de la educación superior. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 2(4).

Levy, S. (1991). *Poverty Alleviation in Mexico*, Documento de trabajo 679. Oficina Regional para América Latina y del Caribe del Banco Mundial. Recuperado de: http://archivos.diputados.gob.mx/Centros_Estudio/Cesop/Comisiones/d_dsocial.htm.

Midgley, J. (1995). *Desarrollo Social: La Perspectiva del desarrollo de bienestar social*. Londres: Editores Sage. Recuperado de: https://scholar.google.com.pe/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=Midgley%2C+1995.+desarrollo+social&btnG=

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo (2016). Reporte estadístico de turismo octubre 2016. Recuperado de: https://www.mincetur.gob.pe/wp-content/uploads/documentos/turismo/estadisticas/Octubre_2016.pdf.

Moore, M. (1993). *Globalization and social change*. New York: Elseiver.

Mundial, B. (2003). Desarrollo sostenible en un mundo dinámico. Transformación de instituciones, crecimiento y calidad de vida.

Nebel, B. & Wright, R. (1999). *Ciencias ambientales. Ecología y desarrollo sostenible* (6ta edición). México: Pearson Prentice Hall.

- Pacheco, M. (2004). *Conciencia Ecológica: Garantía de un Medioambiente Sano*. Tesis para optar el grado académico de Magíster en Derecho Constitucional Presentado por la abogada. Pontificia Universidad Católica del Perú. Escuela de Graduados Maestría en Derecho Constitucional.
- PNUD (1992). *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo*.
- Pérez, M., Rojas, J., & Ordóñez, C. (2010). *Desarrollo Sostenible: Principios, aplicaciones y lineamientos de política para Colombia. Cali (Colombia): Universidad del Valle-Instituto CINARA*.
- Peter. (2005). *The puzzle of Latin American economic development*. Boston, MA: Rowman & Littlefield.
- Prado, A. (2003). *¿Es posible el desarrollo?* Arequipa: Universidad nacional de San Agustín.
- Prebisch, R. (1950). *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: United Nations.
- Reboratti, C. (2010). *Ambiente y sociedad. Conceptos y relaciones*. Buenos Aires: Ariel.
- Rees, W. E. (1996). Indicadores territoriales de sustentabilidad. *Ecología política*, 27-41.
- Reyes, G. (2009). *Teorías de desarrollo económico y social: articulación con el planteamiento de desarrollo humano*. Revista Tendencias de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas. Universidad de Nariño Volumen X No. 1 - Primer Semestre 2009
- San Román, M. (2004). *La teoría institucionalista y el desarrollo económico*. (Tesis). Pontificia Universidad Católica Argentina. Recuperado de: <http://200.16.86.50/digital/33/tesis/t0107000.pdf>
- SEDESOL Programa Nacional de Desarrollo Social (2001-2006). *Superación de la pobreza: una tarea contigo*. Comisión Nacional de Derechos Humanos. Recuperado de: <http://www.cndh.org.mx/losdh/losdh.htm>
- Sen, A. (2000). *Desarrollo y Libertad*. México: Planeta.
- Smelser, N. J. (1984). *Hacia una teoría de la modernización*. Etzioni, A. y E., *Los cambios sociales, México: FCE*.
- Tipps, W. (2001). *Modernization theory and the comparative study of societies: A critical perspective*. New York: Free Press.
- Torcuato, D., Chumbita, H., Gamba, S. & Fajardo, P. (2004). *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. (1ª edición). Buenos Aires: Ariel.
- Vessuri, H. (2004). *La hibridización del conocimiento. La tecnociencia y los conocimientos locales a la búsqueda del desarrollo sustentable*. Convergencia Revista de Ciencias Sociales, (35).
- Wallerstein, I. (1998). *La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850* (Vol. 3). Siglo XXI.

ANEXOS

GALERÍA DE FOTOS



Figura 6: Orilla del lago Titicaca, lugar "Charcas" Acora.



Figura 7: El majestuoso Lago Titicaca.



Figura 8: Península de Cotos Capachica.



Figura 9: Recepción a turistas en Llachón Capachica.



Figura 10: Reunión de recepción a turistas Capachica.



Figura 11: Isla de los Uros de Puno.



Figura 12: Isla de Amantani Puno.



Figura 13: Península de la comunidad de Llachón.



Figura 14: Aguas gélidas de las playas de Capachica.



Figura 15: Costumbres de los pobladores de Capachica

SOBRE OS AUTORES

LEOPOLDO WENCESLAO CONDORI CARI- De Profesión Licenciado en Administración de Empresas, Licenciado en Educación: Computación y Matemáticas, Magister en Gestión Empresarial, Doctor en Educación y Doctor en Administración, Ex Director la Escuela Profesional de Administración y Marketing, Ex Jefe de Personal y Ex Decano de la Facultad de Ciencias Administrativas de la Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez, con experiencia como docente universitario en el área de administración e investigación científica, asesor de tesis de pre y posgrado.

DEMETRIO FLAVIO MACHACA HUANCOLLO- De profesión Ingeniero de Sistemas, Licenciado en Educación con especialidad en Computación e Informática, con grado académico de Magister Scientiae en Gestión Empresarial, candidato a Magister en Docencia en el Nivel Superior de la UNMSM, candidato a Doctor en Educación, estudios concluidos de Doctorado en Estadística e Informática, estudios concluidos de Maestría en Investigación y Docencia en Educación Superior, estudios concluidos de Segunda Especialidad en Administración y Gestión Educativa; Coordinador de Investigación de la Escuela Profesional de Administración en Turismo, Hotelería y Gastronomía de la UANCV, con experiencia como docente del Instituto de Educación Superior Tecnológico Público Pedro Vilcapaza de Puno y docente universitario en el área de informática e investigación científica, asesor de tesis de pre y posgrado.

EDY LARICO MAMANI- De profesión: Ingeniero de Sistemas, Licenciado en Administración y Marketing, Licenciado en Educación: Matemática e Informática; Magister en Gestión Empresarial, Magister en Educación, Doctor en Educación; Segunda Especialización Profesional en Tecnología, Computación e Informática Educativa; Candidato a Doctor en Ingeniería de Sistemas, Coordinador de investigación de la Escuela Profesional de Administración y Gestión Pública de la Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez; Docente universitario e investigador; Asesor de tesis de Pregrado y Posgrado.

FREDY QUISPE GOMEZ- Licenciado en Administración de Empresas, Magister Scientiae en Contabilidad y Administración: Mención en Marketing y Negocios Internacionales, Candidato a Doctor en Administración; Estudios de Maestría en Investigación; Docente de la Universitaria Universidad Nacional del altiplano y Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez; delegado ante el consejo Directivo Nacional Del Colegio de Licenciados en administración-CLAD; Gerente General de la Cámara Empresarial de Empresarios del Perú CAMEM-PERU y miembro integrante de la Sociedad Científica en Ciencias Empresariales del Perú.

TURISMO RURAL COMUNITARIO Y DESARROLLO REGIONAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



TURISMO RURAL COMUNITARIO Y DESARROLLO REGIONAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

